

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR, NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL**

SUELI MATOS SOUZA CHAGAS

**OS AGENTES DE RISCO OCUPACIONAL: SUAS INFLUÊNCIAS NA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE MOTORISTA E COBRADOR, DO GÊNERO
FEMININO, NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE UBERLÂNDIA-MG**

**UBERLÂNDIA
2017**

SUELI MATOS SOUZA CHAGAS

**OS AGENTES DE RISCO OCUPACIONAL: SUAS INFLUÊNCIAS NA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE MOTORISTA E COBRADOR, DO GÊNERO
FEMININO, NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE UBERLÂNDIA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia (PPGAT), como requisito obrigatório para obter o título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio

UBERLÂNDIA
2017

SUELI MATOS SOUZA CHAGAS

**OS AGENTES DE RISCO OCUPACIONAL: SUAS INFLUÊNCIAS NA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE MOTORISTA E COBRADOR, DO GÊNERO
FEMININO, NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE UBERLÂNDIA-MG**

Dissertação aprovada para obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-Graduação Mestrado
Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do
Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia
(MG), pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 24 de março de 2017.

Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio (Orientador), UFU/MG

Prof.^a Dr.^a Geresa Gonçalves Moura, UFU/MG

Prof.^a Dr.^a Eleusa Gallo Rosenberg, UEMG/MG

RESUMO

A proposta deste estudo surgiu do contraste entre o adoecimento de motoristas e cobradoras do transporte coletivo urbano de Uberlândia (MG) em comparação com o adoecimento dos indivíduos do gênero masculino desempenhando a mesma função. Partiu-se da premissa de que a profissão de motorista e a de cobrador são reconhecidas socialmente como atividades do gênero masculino, mas, na atualidade, as mulheres têm assumido profissões como estas de forma cada vez mais frequente. Nesse sentido, a partir de nosso objetivo geral, que é a comparação do adoecimento entre os dois gêneros, outros mais específicos também são contemplados, a saber: descrever de que adoecem as motoristas e cobradoras do transporte coletivo; identificar os principais agentes de risco da profissão de motorista e cobradora; levantar e descrever quais são as estratégias de prevenção de riscos ambientais para a saúde e segurança do trabalhador, que constam no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR7) e no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR9). Os resultados desta pesquisa demonstram que os agentes de risco ocupacionais e as condições de trabalho, pertinentes às profissões estudadas, são responsáveis pelo adoecimento das trabalhadoras e que as mesmas, em termos percentuais, apresentam índice menor de adoecimento em comparação aos do gênero masculino. A necessidade de conhecer as doenças se baseia na perspectiva de promover uma discussão em torno da carência de ações de prevenção mais efetivas, fundamentadas nas políticas públicas já existentes que minimizam o adoecimento das trabalhadoras, visto que o processo de trabalho também pode causar prejuízo à saúde. Sendo assim, esta pesquisa é quantitativa, resultando na formação de um banco de dados, e, para efetivá-la, a população estudada foi de 100% dos motoristas e cobradores. Coletaram-se os dados em setembro de 2016, fornecidos pelas empresas do transporte coletivo da cidade, sobre os adoecimentos que geraram afastamento do trabalho, no período de janeiro a agosto de 2016, identificando-se as doenças através do CID. Os dados obtidos foram analisados segundo o gênero dos trabalhadores. O presente trabalho de estudo sobre a saúde do trabalhador identifica que o adoecimento do empregado vai além dos elementos ambientais, químicos, físicos, biológicos, mecânicos e organizacionais, tendo em vista a necessidade de implantação efetiva de políticas públicas, não só para a saúde do trabalhador, mas também de promoção da saúde coletiva.

Palavras-chave: Serviços de transporte. Trabalho feminino. Licença médica. Saúde do trabalhador.

Abstract

The proposal of this study came from the contrast between the female drivers and collectors of urban collective transportation sickness, from Uberlândia (MG) in comparison to the sickness of the male individual performing the same function. It had started from the premise that the driver's profession and collector are socially recognized as male activities, but nowadays, women have assumed professions like these in an increasingly frequent way. In this sense, based on our general objective, which is the illness' comparison between the two genders, other more specific are also contemplated, namely: describe that drivers and collectors of collective transportation are sick; Identify the main risk agents of the driver and collector profession; (PCMSO-NR7) and the Environmental Hazard Prevention Program (PPRA-NR9). The objective of this study is to identify the environmental risk prevention strategies for workers' health and safety, which are contained in the Occupational Health Medical Control Program. The results of this research demonstrate that occupational risk agents and working conditions, pertinent to the professions studied, are responsible for the sickness of female workers and that, in percentage terms, they have a lower rate of illness compared to males. The necessity to know about diseases is based on the perspective of promoting a discussion about the lack of more effective prevention actions, based on existing public policies that minimize the sickness of workers, since the work process can also cause harm to health. So, this research is quantitative, resulting in the formation of a database, and, in order to make it effective, the population studied was 100% of the drivers and collectors. The data were collected in September 2016, provided by the city's collective transportation companies, about the illnesses that caused them to leave work, from January to August of 2016, identifying the diseases through the ICD. Data were analyzed according to the worker's gender. This work is about the worker's health, identifies that the employee sickness goes beyond the environmental, chemical, physical, biological, mechanical and organizational elements, considering the need for effective implementation of public policies, not only for the worker's health, but also for the collective health promotion.

Keywords: Transport services. Female work. Medical license. Worker's health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil: inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, 2003 e 2011	38
Figura 2 – Gráfico com o total de motoristas, por gênero, no Transporte Coletivo Urbano de Uberlândia, MG, ano 2016	54
Figura 3 – Gráfico com o total de Cobradores, por gênero, no Transporte Coletivo Urbano de Uberlândia, MG, ano 2016	55
Figura 4 – Gráfico com o percentual de ocupação do setor de serviço, gênero feminino em Uberlândia, comparado ao Brasil	56
Figura 5 – Microrregião do Triângulo Norte.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo sexo e nível de escolaridade	37
Tabela 2 – Brasil: a média de horas trabalhadas entre o trabalho principal e doméstico	39
Tabela 3 – Classificação das 20 ocupações com maior número de afastamentos por doença ocupacional – Brasil, 2014 (em n ^{os} absolutos)	48
Tabela 4 – Classificação das 20 ocupações com maior número de afastamentos por acidente de trabalho típico – Brasil, 2014 (em n ^{os} absolutos).....	49
Tabela 5 – Escolaridade Motoristas	57
Tabela 6 – Escolaridade Cobradores/as	57
Tabela 7 – Microrregião do Triângulo Norte	59
Tabela 8 – Agentes de risco ocupacional do transporte coletivo	60
Tabela 9 – Relação de CID do gênero feminino, motoristas e cobradoras, do transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG	63
Tabela 10 – Relação do CID do gênero masculino, motoristas e cobradores, do transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG	66
Tabela 11 – Uberlândia (MG), Transtornos Mentais do gênero feminino, motoristas e cobradoras, 2016.....	68
Tabela 12 – Uberlândia (MG), Transtornos Mentais do gênero masculino, motorista e cobradores, 2016.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CID	Código Internacional de Doenças
CNTTL	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PPGAT	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde Trabalhador
RN7	Norma Regulamentadora 7
RN9	Norma Regulamentadora 9
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia e em Medicina do Trabalho
SETTRAN	Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte
SINAN NET	Sistema de informações de agravos de notificação
SIT	Sistema Integrado de Transporte

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	O CONTEXTO HISTÓRICO DE TRABALHO E GÊNERO.....	17
2.1	A relação histórica do ser humano com o trabalho	17
2.2	O Gênero na divisão do trabalho	32
3.	TRABALHO E ADOECIMENTO.....	42
3.1	Saúde do Trabalhador	44
4.	COMPARAÇÃO DO ADOECIMENTO ENTRE OS GÊNEROS	52
4.1	Transporte Coletivo em Uberlândia	52
4.2	Escolaridade.....	56
4.3	Saúde do Trabalhador em Uberlândia-MG	57
4.4	Resultados.....	61
4.4.1	Adoecimento do gênero feminino	62
4.4.2	Adoecimento do gênero masculino	64
4.4.3	Transtornos Mentais	67
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6.	REFERÊNCIAS.....	73

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação se desenvolveu a partir do contraste entre o adoecimento de motoristas e cobradoras do transporte coletivo público de Uberlândia (MG) em comparação com o adoecimento de trabalhadores do mesmo setor, mas do gênero masculino. Para desenvolver o tema desta pesquisa foi necessário realizar uma análise histórica sobre a relação entre trabalho e gênero, com destaque, obviamente, para o cenário brasileiro.

Dadas as condições limitantes, a pesquisa se restringirá à cidade de Uberlândia (MG). Contudo, em se tratando de uma cidade de médio porte, com as conclusões da investigação, ter-se-á uma noção de outras cidades na mesma categoria, já que Uberlândia tem características muito similares a outras cidades do país.

O nexo entre trabalho e saúde concentra-se no fato de que são áreas de estudos muito antigas. Desde Hipócrates (400 a.C.) (GONÇALES; MACHADO, 2008), já havia a preocupação com o adoecimento do homem em decorrência de seu trabalho. Hipócrates, por exemplo, utilizava bexiga de animais como barreira para reter poeiras e fumos durante a respiração. Há registros desse cuidado também em outros momentos da história, por exemplo,

[...] no ano de 1556, Georgius Agricola elabora a descrição do processo de mineração, fusão e refino de metais, mencionando doenças e acidentes acontecidos, sugestões para prevenção e a inclusão do uso de ventilação para essas atividades. (FERREIRA; PEIXOTO, 2012, p.18).

Esse é um momento em que os estudiosos começam a observar os desdobramentos do trabalho e suas consequências na saúde do trabalhador. No mesmo século, há registros sobre esse assunto, tanto que Philippus Aureolus Theophrastus Bombast Von Hohenheim, mais conhecido pelo seu pseudônimo Paracelso, que foi um importante médico, filósofo, alquimista e astrólogo suíço, elencou as primeiras “doenças respiratórias relativas à atividade de mineração, com maior ênfase na contaminação por Mercúrio”. É dele a frase “[...] todas as substâncias são venenos, é a dose que diferencia o veneno dos remédios” (FERREIRA; PEIXOTO, 2012, p.18).

Por meio da observação da reciprocidade entre adoecimento e trabalho, Georgius e Paracelso comprovaram que a atividade laboral pode causar diferentes danos às condições físicas do trabalhador.

Assim, fica evidente que, desde os primórdios da humanidade, as relações entre Trabalho, Saúde e Doença dos trabalhadores são reconhecidas. Contudo, por mais que haja registros sobre as hipóteses dessa relação, foi somente no século XVII, que a produção de estudos sobre o tema começou a ser sistematizado de forma concreta.

Nesse período, o médico italiano Bernardino Ramazzini (1633-1714), nascido em Módena, em 1633, considerado o Pai da Medicina do Trabalho pela contribuição de seu livro: *As Doenças dos Trabalhadores*, publicado em 1700, elaborou uma relação de profissões e possíveis males relacionados a elas. Nesse livro estão inventariadas 54 profissões e os problemas de saúde a elas relacionados. Desse modo, Ramazzini chama a atenção dos médicos para conhecer a ocupação, atual e pregressa, de seus pacientes, para ter mais chances de um diagnóstico mais preciso e, por conseguinte, lançar mão de procedimentos mais adequados.

Nesse sentido, em conformidade com Ramazzini (2016), essa relação é estudada a partir de uma análise da repetição excessiva da ação do agente de risco, enquanto esse tem a possibilidade de se transformar em fatores de adoecimento, resultando num banco de dados amplo a respeito de problemas de saúde advindos de cada profissão investigada. Esses agentes, causadores de doenças, incutidos no processo de trabalho, podem ser classificados como físicos, químicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e organizacionais. Logo, indicam um [...] “múltiplo e variado campo semeado de doenças para aqueles que necessitam ganhar salário e, portanto, terão de sofrer males terríveis em consequência do ofício que exercem” (RAMAZZINI, 2016, p. 29).

Essa questão que relaciona agentes inseridos no processo de trabalho como a causa de determinadas doenças é tão atual e recorrente que a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) toma essa discussão como uma de suas pautas. Em vista disso, desde 2006, a OMS passou a tratar esse assunto com cuidado, determinando que, na próxima década, que se findou em 2016, os empregadores, trabalhadores e todos aqueles envolvidos na saúde do trabalhador, deveriam voltar suas atenções para essa problemática, com o objetivo claro de cuidar da sua extensão.

É da natureza do trabalho e de toda atividade constante e repetitiva trazer intrínseca a possibilidade de adoecimento. Algumas doenças são mais frequentes, por causa das próprias condições de labor, que podem ser repetitivas, estressantes, em condições insalubres ou por serem, essencialmente, muito perigosas. Por causa dessas condições, em conformidade com

Agostini (1999), foram elaboradas Políticas Públicas de proteção à saúde do trabalhador, que culminaram na implantação dos serviços de Saúde Ocupacional e Medicina do Trabalho.

Ampliando a temática, a partir da VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, em Brasília (DF), estabeleceu-se as Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Também em Brasília, em dezembro do mesmo ano, ocorreu a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Ambas as conferências significaram um marco importante para a área da Saúde, porque, a partir desses eventos, a Saúde do Trabalhador foi considerada prioridade, prevalecendo sobre as ações da Saúde Ocupacional e a Medicina do Trabalho Tradicional, levando em conta a expressão da Política de Saúde Pública na atuação/intervenção sobre as relações de Trabalho e Saúde.

Ainda explanando a respeito da parte histórica concernente ao campo da Saúde e do Trabalho, foi durante o processo de redemocratização do país que as diretrizes da VIII Conferência em Saúde contribuíram para formular os direcionamentos que se referem à saúde na Constituição Federal de 1988, no Artigo 198: “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado”.

Sob essas políticas, tais medidas favoreceram o cuidado com a saúde do trabalhador, que passou a ter uma nova definição e um novo delineamento institucional com sua incorporação, enquanto área de competência própria da Saúde. Este é um tema complexo, que possui interfaces socioculturais, políticas e econômicas, com referência no processo produtivo. Portanto, é o processo de trabalho que, com a valorização do capital, em detrimento do indivíduo e do ambiente, passa a ser um gerador de adoecimento.

Nesse sentido, o cenário do trabalho no transporte coletivo urbano, enfoque do presente estudo, representa bem as relações entre trabalho, saúde e meio ambiente, pois a profissão de motorista e cobrador de ônibus e outros transportes são bem desgastantes. Esses profissionais estão submetidos a vários fatores que comprometem o bom desempenho de suas funções.

É notório que o trânsito nas vias públicas se tornou extremamente cansativo, porquanto, nesses casos, o planejamento urbano costuma ser ineficiente, já que as cidades vão se desenvolvendo de acordo com as necessidades. Assim, nos grandes centros, é comum ter trânsitos intensos em regiões mal planejadas, como ruas estreitas que apresentam muitas dificuldades de locomoção.

Levando-se em conta que a consequência do acelerado processo de urbanização tem colaborado para o aumento de problemas ambientais, como poluição sonora, desconforto térmico, poeira, fumaça e outros, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador do transporte coletivo também tende a sofrer graves problemas, em virtude da degradação do meio ambiente e das condições de trabalho que são oferecidas. Ademais, esses trabalhadores ficam expostos a outros agentes de risco no espaço interno do veículo, como, por exemplo, a postura inadequada ao dirigirem, já que, em muitos carros, as acomodações não são ergonômicas. Além disso, o motor da maioria dos veículos fica na parte dianteira, o que gera calor e ruído acima do tolerável. Por isso, os profissionais do transporte público ficam sujeitos ao barulho excessivo, provenientes de fora e de dentro do veículo, bem como a movimentos repetitivos.

Outro fator desgastante para esses profissionais, especificamente ao motorista, é o fato de estar lidando diretamente com a vida humana, em que um erro pode comprometer o bem-estar físico de muitas pessoas; esse fator, para alguns, pode ser fonte constante de estresse. Além disso, os motoristas de ônibus estão sujeitos a situações de riscos eminentes, pois a qualquer instante podem sofrer acidentes, serem assaltados ou sofrerem qualquer tipo de agressão por parte dos usuários.

Se para qualquer sujeito essas condições de trabalho são desgastantes e, por vezes, degradantes, é possível imaginar como é para a mulher trabalhadora, inserida nesse ambiente, exercer tais funções. É comum o homem ter sua carga de trabalho delimitada pelo tempo em que está na atividade laborativa. Isto é, quando termina suas atividades laborais, a maioria encerra a jornada, e as horas seguintes são dedicadas a atividades do seu interesse. Isto não acontece com muitas mulheres, pois é comum ver mulheres terem jornadas duplas e até mesmo triplas, sendo muitas casadas, mães, cuidadoras de seus pais ou estudantes. Dessa maneira, é fácil imaginar como é degradante o transcorrer do dia a dia de mulheres submetidas a essas condições de trabalho. Se os homens estão sujeitos a fatores desgastantes, essa condição pode ser agravada ainda mais no caso de mulheres.

A motivação para realizar este trabalho decorre da convivência do profissional da área de saúde com os trabalhadores do transporte coletivo que estão adoecidos com as chamadas “doenças silenciosas”. A saber, estas são enfermidades como depressão e hipertensão, por exemplo, que deterioram e comprometem a capacidade laboral do indivíduo. Todavia, as suas consequências passam despercebidas para os serviços médicos que atuam dentro das empresas — por isso, silenciosas —, pois são doenças que degeneram o organismo sem dar sinais de

adoecimento. Isso ocorre durante anos e, quando se manifestam as consequências, já não há muito o que fazer, a não ser lidar com o diagnóstico no decorrer da vida. Também nos chama a atenção, como motivação para este estudo, a presença do gênero feminino nas atividades de motorista e cobrador, porque são consideradas profissões exclusivas do gênero masculino.

Foi a partir do contexto mencionado que surgiu o desejo pelo aprofundamento desse tema e a vontade de trabalhá-lo mais especificamente, afim de observar a presença feminina numa profissão que já foi direcionada apenas para homens. Nesse viés, foi pertinente analisar o índice de adoecimento dessas profissionais dentro desse contexto, em que há um ambiente de trabalho sujeito a riscos ambientais, uma vez que estes podem ser causados tanto por agentes físicos ou químicos, sendo que, nesta profissão, o trabalhador está sujeito aos mais diversos danos. Cientes desses fatores agravantes, podemos inferir que este é um ambiente de trabalho com fatores desgastantes e com mais possibilidades de adoecimento dessa nova força de trabalho: a mulher.

Para referência teórica deste estudo, faz-se necessário conhecer o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que foi criado em 1994, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR9), pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho. O PPRA tem como meta determinar ações que garantam a saúde do trabalhador de modo preventivo, identificando riscos que podem comprometer sua saúde e integridade, para, após isso, criar mecanismo para a prevenção do adoecimento (MTE, 2013).

O não cumprimento ou cumprimento parcial do Programa de Controle de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO - NR7) é um agravante quanto à prevenção de adoecimento. Diante desses apontamentos, é importante observar se os problemas ambientais e a organização do trabalho, de fato, geram adoecimento nas motoristas e cobradoras do transporte coletivo. Com os dados nesta pesquisa coletados será possível asseverar se as condições de trabalho para o exercício da profissão de motorista e cobrador é um fator gerador de adoecimento, em especial para o gênero feminino, e se a dupla/tripla jornada de trabalho da mulher é um fator relevante para o aumento do índice de adoecimento.

A abordagem metodológica desta pesquisa foi quantitativa, com o objetivo de descrever as características da população feminina no transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG, no que se refere ao adoecimento, comparando com o adoecimento do gênero masculino. Para isso, descrevemos as variáveis dos riscos ocupacionais da profissão e a

estrutura organizacional do trabalho de motoristas e cobradoras e estudamos os dados coletados utilizando recursos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2001).

Sendo assim, foram estudados todos os indivíduos, independente do gênero, cujas condições permitiram gerar dados relativos às doenças que causaram afastamento do trabalho. Ressalta-se que a informação levantada constituirá um banco de dados que, no futuro, poderá ser utilizado como instrumento de intervenção pelos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização das condições de trabalho no transporte coletivo de Uberlândia.

Foi realizado estudo bibliográfico sobre o tema, em bancos de dados nacionais e internacionais, considerando artigos, revistas, livros e teses para fundamentação teórica. O levantamento documental de fontes secundárias foi realizado no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST-UDI e nas três empresas de transporte coletivo da cidade. Isso foi feito por meio de pesquisa no CEREST e ligações telefônicas para as empresas participantes, a fim de obter informações sobre as doenças que causam afastamento, de acordo com a Declaração da Entidade Coparticipante e o Termo de Compromisso da Equipe Executora. A proposta de coleta de dados do projeto foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos e Animais, da Universidade Federal de Uberlândia-MG, a qual foi aprovada em 21/03/2016.

A análise dos dados foi realizada a partir das informações das doenças que geraram afastamento, com os respectivos CIDs, tabulados pelas três empresas. Vale destacar ainda que a pesquisa de campo não ocorreu porque estas não permitiram.

Esta pesquisa foi implementada ao longo de um processo que envolve várias fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados que geraram a sua conclusão. Além disso, o processo foi executado com um conjunto de métodos que foram estudados e planejados para cumprir os objetivos do trabalho, a saber: pesquisas; criação de tabelas e análises; apresentação dos resultados.

As pesquisas tiveram como objetivo fornecer informações sobre fontes já registradas, uma vez que auxiliaram na escolha do tema, na fundamentação da justificativa, na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses e na elaboração das pesquisas, análises, relatório final e apresentação de resultados.

A etapa de elaboração de tabelas e análises seguiu com o auxílio do orientador. Para apresentação dos resultados foram estudados todos os CIDs a partir da coleta de dados relativos a doenças que geraram afastamentos do trabalho. Para tanto, a ideia inicial foi a

utilização de um formulário como instrumento de coleta dos dados, o que não foi possível realizar, devido às três empresas do transporte coletivo não autorizarem entrevista com as profissionais. Em contrapartida, ofereceram os dados já tabulados pelas mesmas, os quais, tratados por nós, possibilitaram a realização deste estudo.

Os dados coletados foram digitados em planilha eletrônica que, por sua vez, gerou tabelas e gráficos comparativos, separados por gênero e profissão, tendo como finalidade correlacionar processo de trabalho, que é intrínseco à existência humana, e adoecimento, o que ocorre pelo exercício do mesmo sem os devidos cuidados. Essa correlação é uma medida importante para promover a aplicação de ações preventivas.

Este trabalho foi estruturado como descrito a seguir: o primeiro capítulo versa sobre contexto histórico e gênero; o segundo capítulo trata de trabalho e adoecimento a nível nacional; o terceiro capítulo apresenta a comparação dos dados de adoecimento dos dois gêneros e suas respectivas análises; e, por fim, temos as considerações e sugestões sobre o tema.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO DE TRABALHO E GÊNERO

Para estudar sobre o adoecimento das motoristas e cobradoras do transporte coletivo de Uberlândia é necessário apresentar uma pequena retrospectiva da relação do ser humano com o trabalho. Contextualizar a história do trabalho em relação ao gênero feminino é fundamental para que possamos mostrar como foram importantes o desenvolvimento dos processos de divisão laborais e sua relação com a precariedade de cada função ligada ao gênero.

Ao buscar legitimar a relação desigual no mercado de trabalho entre homens e mulheres, objetivamos apresentar as mais variadas formas de precarização do trabalho da mulher ao atuar num tipo de labor tido como “função masculina”, como foi durante muitos anos o de motorista e cobrador de ônibus do transporte coletivo público. Assim, pode-se explicar, de modo factual, as questões que envolvem a saúde dessas trabalhadoras.

2.1 A relação histórica do ser humano com o trabalho

A relação do ser humano com o trabalho está presente desde os primórdios da humanidade. Assim que deixou o nomadismo e se tornou sedentário, o homem dominou o fogo, domesticou os animais e aprendeu técnicas voltadas para a agricultura, o que desencadeou a necessidade de atividades laborais. Isso ocorreu ainda no período neolítico, cerca de 8.000 anos a.C, mas, antes desse período, já havia uma incipiente divisão de atividades. Nesta, o mais forte era o líder do grupo, claro que esse membro era um homem jovem e em condições físicas privilegiadas, já as demais tarefas eram divididas de acordo com as condições físicas, no caso, o homem mais frágil, a mulher, o velho e a criança. Isso era uma organização natural nesse período, mas mesmo que de maneira arcaica, já há traços da divisão do trabalho. (COTRIM, 2002).

De tal modo, de acordo com a atividade desenvolvida, paulatinamente formou-se a condição social e o pertencimento à classe. Provavelmente, devido à experiência, o respeito e a precária condição física para o trabalho mais pesado, o posto de cuidar do celeiro ficou para os homens mais velhos do grupo. Com o passar do tempo, essa função tornou-se valorizada

frente à comunidade. Há outras hipóteses sobre a formação da divisão social do trabalho que remonta o Paleolítico Superior, conforme Burns:

A surpreendente perícia revelada na feitura de armas e instrumentos e a técnica altamente desenvolvida das criações artísticas seriam difíceis de conseguir sem uma certa divisão de trabalho. Parece certo, por isso, contarem as comunidades do Paleolítico Superior com artistas profissionais e artífices especializados. Para chegarem a adquirir talentos tais, certos membros da comunidade devem ter passado por longos períodos de adestramento e dedicado todo o seu tempo à prática das suas especialidades. Consequentemente, deviam ser sustentados pelo resto do grupo. Teria assim surgido uma aristocracia, cujos membros mais altamente colocados gozariam de bastante prestígio para se tornarem dirigentes com autoridade limitada. (BURNS, 1974 p. 24).

Por volta de 539 a. C., na Mesopotâmia, já se encontram registros da divisão de classes; no caso, havia a classe dominante, formada pelos governantes, sacerdotes, dentre outros que detinham algum tipo de poder econômico, e a classe dominada, formada, em geral, por escravos e trabalhadores. No Egito Antigo também não foi diferente, a divisão social consistia em uma pirâmide estamental — que era um tipo de estrutura social bem definida e circunscrita, em que a ascensão social era pouco viável, logo, aquele que pertencia a uma casta¹ permanecia nela por toda a vida. Dessa maneira, quanto mais estivesse no topo da pirâmide, melhor a condição social, portanto, a necessidade de menos trabalho. A título de ilustração, segundo Cotrim (2002), na base da pirâmide estavam os escravos e, no topo, o faraó e sua família, no entremeio a esses dois grupos estavam os representantes intermediários destas duas classes.

Ao desfiar a história do homem e do trabalho é possível observar, pelos registros históricos, que houve períodos em que a maioria das funções, normalmente as consideradas mais grosseiras, eram executadas por escravos. Isto aconteceu na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma antigos, também em outros lugares e momentos da história, inclusive no Brasil. Na Grécia e em Roma, o escravo era tido também como propriedade, em geral, eram capturados como prisioneiros de guerra. Outra forma comum de escravidão decorria do fato do escravizado não ter condições de pagar as dívidas, isto é, o sujeito contraía uma pendência monetária e, por algum motivo, não cumpria com o acordo, tornando-se, então, escravo do seu credor. Devido a isso “os escravos em Roma eram considerados coisas, elementos que

¹De acordo com Max Weber, as castas constituem comunidades fechadas e de compartilhamento de características sociais hereditárias. A hereditariedade é a base para divisão da sociedade, sem qualquer possibilidade de ascensão social, aqueles que pertencem às castas inferiores não podem manter contatos sociais com os grupos superiores. De maneira, que quando se pertence a uma casta confere aos seus membros uma posição social, que se desdobra em todos os sentidos, isto é, economicamente, politicamente, etc. Isto definia, por toda vida, a função que o sujeito ocuparia na sociedade, se fosse filho de lavrador, essa seria sua ocupação. (REZENDE, 2005, p. 93).

estavam à margem de todo e qualquer processo de igualdade. Escravo romano não podia ter patrimônio, não possuía créditos, nem dívidas”. (COSTA, 2007, p.16).

De acordo com Santos (2000), na Grécia Antiga havia uma nítida separação nos tipos de ocupação, que também estavam atrelados à condição social. Com tal característica, havia trabalhos braçais, consequentemente mais pesados, que eram determinados como *pronos*; os trabalhos diversos, normalmente vinculados ao campo, que recebiam a denominação de *ergon* e o trabalho do artesão, que exigia certa técnica, por isso, *techné*. Mas é interessante observar que na mitologia não há nenhum deus vinculado diretamente ao trabalho, isto é, não existe nenhum que o represente. Isto porque não é considerado como atividade sublime ou coisa do gênero, esse aspecto é apresentado pelo estudioso da História Grega (VERNANT, 2002), o que é interpretado por Hannah Arendt da seguinte forma:

A opinião de que o labor e o trabalho eram ambos vistos com desdém na antiguidade pelo fato de que somente escravos os exerciam é um preconceito dos historiadores modernos. Os antigos raciocinavam de outra forma: achavam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida. Precisamente por este motivo é que a instituição da escravidão era defendida e justificada. Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão de obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. (ARENDT, 2007, p. 94).

Havia uma superioridade naqueles que podiam utilizar seu tempo não para o trabalho, mas para o “ócio produtivo”, que seria o tempo dedicado ao trabalho mental, à reflexão. Isto permitia questionar as coisas acerca da vida, do homem, do universo, ou se dedicar à arte e às coisas sublimes. Ora, uma vida dedicada ao labor não consentia a construção reflexiva, ademais era o domínio da condição humana, da vida. Não havia a escravidão apenas pelo valor comercial, por isso a explicação de Arendt (2007).

Na Roma Antiga, havia divisão estamental², sendo que a classe superior eram os patrícios, ou cidadãos romanos, donos das riquezas e, consequentemente, do poder, e as castas

² O conceito de estamento e de casta foi desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber. Trata-se de estratos sociais referentes a sociedades sem mobilidade social e que tem sua divisão social baseada em honras, status e prestígios. A sociedade estamental clássica é a sociedade feudal da Idade Média, com seus três estamentos bem definidos: a nobreza, clero e servos. Os elementos organizadores que fundamentavam essa divisão era a honra, a hereditariedade e a linhagem, que definiam a hierarquização dos membros sociais. A condição social estamental definia privilégios, que ficavam estanques entre os nobres e o clero, que eram os que dominavam. Ao seu modo, os estratos não privilegiados reconheciam na hereditariedade e na linhagem, a honra do outro. Toda essa imposição era disseminada e sustentada pela Igreja Católica, o que minimizava a revolta dos estamentos dominados. (REZENDE, 2005, p.98).

inferiores eram compostas por plebeus e escravos. Segundo essa reconstrução, o trabalho vinculou-se ao sujeito com menos condições e posses. A relação histórica do homem com o trabalho está relacionada ao afastamento, de modo que se o indivíduo tivesse condições materiais e, portanto, o poder, não se aproximaria do trabalho grosseiro, estaria numa condição de contemplação da vida ou na função de comando. Em contrapartida, se estivesse vinculado à maioria, fosse pertencente às castas inferiores, teria fatalmente uma vida de penúria e sofrimento. (REZENDE, 2005, p.98).

Outra curiosidade apresentada é que, entre os antigos, o trabalho estava associado ao sofrimento. A questão da dignidade foi associada ao trabalho somente no período da alta Idade Média. Vale observar a etimologia da palavra “trabalho” conforme afirma Cortella:

Do ponto de vista etimológico, a palavra “trabalho” [...] tem origem no vocabulário latino *tripalium*, que era um instrumento de tortura, ou seja, três paus entrecruzados para serem colocados no pescoço de alguém e nele produzir desconforto. [...] teremos a formação da sociedade clássica Greco-romana com as heranças que o mundo grego havia sido gerado. Essa sociedade cresceu em sua exuberância a partir do trabalho escravo. Em sociedades assim, montadas no sistema escravocrata, a própria ideia de trabalho remete à escravidão. Portanto, trabalho é coisa menor, indecente, imoral ou de gente que está sendo punida. (CORTELLA, 2009, p.17).

De acordo com Weber (1982), um novo modelo, o Feudalismo, caracteriza-se pelo modelo social estamental, que tem como característica a estratificação social, trata-se de um modelo intermediário às classes sociais e às castas. A divisão social definia muito claramente o trabalho, de maneira que, se o sujeito pertencesse a um determinado estamento, o seu tipo de trabalho estaria pré-definido. Os estamentos inferiores, que recebiam os feudos, tornavam-nos dependentes e servis. Os vassalos, para garantir trabalho, moradia e alimento, pagavam altos impostos em mercadorias ou prestações de serviços, o que garantia o uso da terra e também certa proteção. Novamente, pode-se observar a divisão de trabalho, sendo que o labor mais desgastante, isto é, as atividades mais pesadas e grosseiras, era destinado à maioria, aquela desprovida de recursos, que dependia do Suserano para garantir todos os recursos sociais. Segundo Weber:

[...] na associação dos “estamentos”, o senhor domina com a ajuda de uma “aristocracia” autônoma e, portanto, com ela divide seu domínio. O senhor que administra pessoalmente é apoiado, seja pelos membros de sua Casa ou pelos plebeus. Estes são camadas sem propriedades que não tem honra social própria; materialmente, estão completamente presos a ele e não encontram apoio em nenhum poder rival próprio. Todas as formas de domínio patriarcal e patrimonial, despotismo sultanista e estados burocráticos pertencem a esse último tipo. (WEBER, 1982, p.102).

Este modelo social prevaleceu até o século XV, aproximadamente, quando a sociedade começou a questioná-lo, tendo em vista o poderio exagerado de alguns e a restrição de ações para os demais.

O período renascentista³, que teve início na Itália e expandiu-se por toda a Europa, foi uma investida contra o poder da Igreja Católica, que determinava a fé como condutora de toda ação. Com o Renascimento e com o Humanismo⁴ houve um retorno aos costumes greco-romanos, em que a razão era o instrumento de decisão e de ação.

De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013), houve um período transitório que ocorreu entre os séculos XV e XVIII. Esse período foi importante, visto que iniciou na decadência do Feudalismo e antes que se estabelecesse o Capitalismo. Foi um período marcado pela acumulação primitiva do capital, esta acumulação esteve intrinsecamente ligada a uma nova classe social, no caso, a dos burgueses. Esse capital, denominado de primitivo, oriundo das riquezas acumuladas a partir do Mercantilismo, possibilitou o surgimento de um novo modelo econômico, que favoreceu o surgimento do Capitalismo.

Esse modelo econômico influenciou, inclusive, as organizações políticas e culturais, e esse processo foi favorecido pelo advento das grandes navegações, prática típica na Idade Moderna. A partir disso, a economia mudou de substrato, tendo como base determinante o comércio. Essa situação desencadeou a intervenção do Estado na economia, que impunha normas para defender seus interesses. Essa medida protecionista tinha como objetivo desenvolver as indústrias dos países, que eram abastecidas com matérias-primas de territórios colonizados — como ocorreu entre Portugal e a colônia Brasil.

Os autores acima ainda citam que o Mercantilismo foi substituído a partir do século XVIII pelo Liberalismo. É fundamental a compreensão desse ponto da história, pois é o momento em que começa a se desenhar o modelo econômico utilizado até a contemporaneidade, que é o Capitalismo. Como o Estado intervinha nas transações

³ O Renascimento começou na Itália, no século XIV. O renascimento deu grande privilégio à matemática e às ciências da natureza. A exatidão do cálculo chegou até mesmo a influenciar o projeto estético dos artistas desse período. Desenvolvendo novas técnicas de proporção e perspectiva, a pintura e a escultura renascentista pretendiam se aproximar ao máximo da realidade. Em consequência disso, a riqueza de detalhes e a reprodução fiel do corpo humano formavam alguns dos elementos correntes nas obras do Renascimento. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/historia/renascimento.php>>. Consulta realizada em 19/07/2016.

⁴ O Humanismo é um movimento filosófico surgido no século XV dentro das transformações culturais, sociais, políticas, religiosas e econômicas desencadeadas pelo Renascimento representou tendência semelhante no campo da ciência. O renascimento confrontou importantes conceitos elaborados pelo pensamento medieval. No campo da astronomia, a teoria heliocêntrica, onde o Sol ocupa o centro do Universo, se contrapunha à antiga idéia cristã que defendia que a Terra se encontrava no centro do cosmos. Novos estudos de anatomia também ampliaram as noções do saber médico dessa época. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/historia/renascimento.php>>. Consulta realizada em 19/07/2016.

comerciais, delimitando quantidade, qualidade e preço, aqueles que pretendiam ver a expansão de seu capital ficaram desagradados. Um dos grandes nomes combatentes à intervenção do Estado foi Adam Smith, que defendia que o mercado tem ‘alma’ própria, ou um processo natural, não sendo necessária nenhuma interferência para regulá-lo.

Com o fortalecimento da burguesia e com suas incessantes requisições, o Estado foi cedendo gradativamente e, por fim, instaurou-se o Estado Liberal. Assim, todos poderiam ser livres para produzir e comercializar de acordo com seus interesses e possibilidades. Todos entendiam que a concorrência era um fator positivo, isso era a livre concorrência. De acordo com as mudanças ocorridas, a navegação aumentou a demanda e o consumo, o que fortaleceu o comércio. De acordo com Hunt e Lautzenheiser,

[...] por volta do século XVI, o tipo de indústria artesanal, no qual o artesão era proprietário de sua oficina, de suas ferramentas e matérias-primas e funcionava como um pequeno produtor independente, tinha sido largamente substituído, nas indústrias de exportação, pelo sistema doméstico de trabalho. No início da utilização desse sistema, o capitalista comerciante fornecia a matéria-prima ao artesão independente e lhe pagava uma quantia para transformá-la em produtos acabados. (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p.42).

Nesse contexto, o trabalhador passou a não vender mais o seu produto, mas o seu trabalho. Muitos sequer tinham ferramentas próprias. Essa mudança, que inicialmente parecia positiva para aqueles que não tinham sua própria oficina ou coisa do gênero, com o passar do tempo, mostrou-se uma ocupação que consumia muito mais do que a força de trabalho do sujeito, consumindo, inclusive, toda a identidade de uma vida. Ainda segundo Hunt e Lautzenheiser,

[...] as indústrias têxteis estavam entre as primeiras em que o sistema doméstico de trabalho se desenvolveu. Tecelões, fiandeiros, pisoeiros e tintureiros se encontravam em uma situação em que sua ocupação, e, portanto, sua capacidade de sustentar a si mesmo e suas famílias, dependia dos capitalistas comerciantes, que tinham de vender o que os trabalhadores produziam a um preço suficientemente alto para pagar salários e outras contas e ainda obter lucro. (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 42).

Como a agricultura tornava-se, gradativamente, um meio inseguro de sobrevivência, o que pode ser justificado a partir de um período de fome generalizada, muita chuva na época e um déficit de produção para o sustento, além da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos, os camponeses se aliaram e surgiram, assim, as revoltas camponesas. Nesse contexto político e econômico, os senhores feudais perderam sua supremacia financeira para os novos ricos, no caso, os burgueses. Todos esses desajustes provocaram o êxodo rural, uma debandada da

população que saiu do campo e migrou para a cidade em busca de trabalho e de possibilidades para garantir o sustento de sua família, conforme aponta Tomazi (2000).

Essa nova classe trabalhadora surge como uma categoria sem identidade, pois não se reconhece mais no produto fabricado, diferente das manufaturas, em que o sujeito tinha total controle sobre a sua produção. Diante da demanda, foi preciso criar mecanismos de produção que agilizassem o processo, por isso, em alguns países, como na França, houve a obrigatoriedade de técnicas de produção específicas, como meio de controle de qualidade. “Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices (1563) transferiu, na prática, para o Estado as funções das antigas corporações de artífices. Levou ao controle central sobre o treinamento dos trabalhadores da indústria”. (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 53).

Todas essas mudanças no cenário econômico e político interferiram de maneira decisiva na vida do trabalhador. Essas mudanças foram tão fundamentais que, desde esse período até a atualidade, não houve grandes mudanças no cenário econômico. Principalmente para o trabalhador, que há mais de quatro séculos está sujeito ao mesmo arquétipo de trabalho. Respeitando as mudanças de contexto e estilos, o sujeito continua a vender sua força de trabalho, sem se reconhecer no processo, tornando-se cada vez mais refém do seu empregador. Esse é o modelo Capitalista, que iniciou seus primeiros passos com o Mercantilismo, se estabeleceu como modelo econômico que se sustentou ao longo dos séculos e que determinou uma nova relação entre empregador/empregado/trabalho, uma relação, muitas vezes, de exploração, mas sobretudo de dependência.

O sistema Capitalista se estabeleceu, de fato, por volta do século XVIII, quando o comércio se firmou de maneira inquestionável e ocorreu o que é denominado historicamente como Revolução Industrial — por volta de 1769, quando James Watt aperfeiçoou a máquina à vapor. Sendo assim, de acordo com Iglésias,

[...] impõe-se mostrar quais os setores que se desenvolveram e caracterizaram a Revolução Industrial. Esquematicamente, pode-se dizer que foram três: a máquina a vapor, tecidos de algodão, com novas formas de fiação e tecelagem e, por fim, a indústria pesada, com a mineração e a metalurgia. (IGLÉSIAS, 1981, p. 51).

Com as mudanças relatadas acima, o campo perdeu parte importante de seus trabalhadores, que migraram para cidade. Todos buscavam uma vida melhor e, claro, o trabalho. Essas pessoas eram absorvidas no labor das indústrias, em virtude de a oferta de mão de obra ser abundante e o trabalho nas fábricas ser mecanizado, ocorrendo uma

desvalorização no trabalho manual. Aqueles que eram absorvidos pela indústria estavam sujeitos ao labor contínuo e repetitivo e o desgaste pelo excesso de trabalho.

Ora, muitos homens trabalharam a vida toda no campo, a maior parte das mulheres, até aquele momento, desenvolvia atividades domésticas e as crianças trabalhavam, mas em atividades familiares e que, minimamente, estivessem em consonância com a sua idade. A falta de preparo e experiência dos trabalhadores resultava em consequências sérias,

[...] em virtude das péssimas condições de trabalho nas fábricas, eram comuns os acidentes que mutilavam e tiravam a vida de muitos operários – homens, mulheres e crianças. Férias, descanso semanal remunerado, licença-maternidade, licença-saúde eram direitos inexistentes naquela época. A enorme exploração do trabalho foi uma das causas do expressivo aumento do lucro dos empresários e uma das condições para o fortalecimento do modo de produção capitalista. (BRASIL, 2006, p.19).

As fábricas, que a princípio se mostravam com melhores condições quanto ao sofrimento do trabalho no campo, tornaram-se piores do que este, pois no campo ainda havia o controle do tempo pela natureza, o horário de trabalho era determinado pelo dia e pela noite, ademais havia o ar livre, podia ter a conversa com os amigos e familiares. Na nova realidade, o que sobrava era o excesso de trabalho e a exigência de produção.

No período do Estado Moderno, originário da crise do Feudalismo e da centralização do poder estatal, fortaleceu-se a classe de comerciantes que viviam nos burgos. Com isso, a relação que era constituída pelo servo e pelo senhor evoluiu para algo semelhante ao comércio, que Marx (1996), considerando a figura do proletário em contraposição ao burguês, explica que:

[...] o comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. (MARX, 1996, p. 297).

De acordo com Marx (1996), o trabalho em si mesmo não faz com que o homem perca sua identidade e importância. O que compromete sua identidade é justamente quando ele perde sua referência, ou seja, quando deixa de agir na natureza e age por uma outra questão, que é, no caso, a venda de sua força de trabalho em oposição à seguinte máxima: na relação com o trabalho, o homem interfere na natureza e com ela se identifica.

Quando ocorre a venda da sua força de trabalho, o sujeito cria uma condição de alienação que o desumaniza, pois este entra num processo de meio de sobrevivência, além de rotineiro, o que, na maior parte das vezes, consome sua identidade e a destrói, roubando sua liberdade, pois “Nem um só ato planificado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo.” (ENGELS, 1876, p. 01).

Nessa perspectiva, quando o homem deixa de se identificar com a sua história, com a vida, com a natureza, rompe com o que é caracterizado como humano. De acordo com Lukács:

O homem certamente permanece irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte), mas modifica radicalmente o caráter de sua inter-relação com o meio ambiente, pelo fato de surgir, através do pôr teleológico no trabalho, uma interferência ativa no meio ambiente. (LUKÁCS, 2013, p.148).

Os apontamentos de Marx são coerentes e atuais, entretanto, há críticos que apontam a visão Marxista como teórica e sem nenhum valor prático, como o caso de Camus (2010), que o qualifica como sendo um profeta burguês. Afinal, o que se tem como realidade é um capitalismo fortalecido, ao qual a maioria das pessoas está submersa e refém, especialmente no Ocidente. Diante desse fato, não há como negar que as pessoas, para sobreviverem, necessitam do trabalho, ainda que percam sua identidade. De tal modo, o que resta é lidar com as dificuldades que se apresentam, pois, hoje, tanto os homens quanto as mulheres estão submetidos ao mercado de trabalho.

Na relação com seu trabalho, o homem se submete a modelos econômicos diversos, de acordo com o contexto histórico e as necessidades que se impõem. O estudo dessas relações gerou algumas teorias no campo administrativo, como o Taylorismo e o Fordismo e a proposta de Fayol, que repercutiram na organização do trabalho.

O Taylorismo, fundado por Frederick Taylor⁵, tinha como princípio básico analisar os movimentos do operário, verificar as falhas e determinar um modelo padrão de ação, de modo que todos tivessem a mesma forma de trabalho, gastando um tempo aproximado para a execução das tarefas e recebendo salários compatíveis com o desempenho (CHIAVENATO, 2004. p. 48).

⁵ Frederick Winslow Taylor (1856-1915), fundador da Administração Científica, nasceu na Filadélfia, nos Estados Unidos. Veio de uma família Quaker, de princípios rígidos e foi educado com forte mentalidade de disciplina, devoção ao trabalho e poupança. Frederick Winslow Taylor, iniciou a chamada Escola da Administração Científica, preocupada em aumentar a eficiência da indústria por meio da racionalização do trabalho do operário. (CHIAVENATO, 2004, p.48).

Henry Ford⁶, seguindo a mesma linha de pensamento de Taylor, investiu no chão da fábrica, pensando em maneiras de aumentar a produção e, portanto, obter o lucro. Para isso, exercia-se um controle rígido sobre os trabalhadores, com padrões científicos e técnicos, definindo o ritmo para execução da tarefa, embotando a criatividade do indivíduo, conforme aponta Chiavenato (2004).

Numa vertente contrária, Henry Fayol⁷, fundador da Teoria Clássica, não acredita que a melhor forma de conduzir a fábrica seja enfocando no estudo do trabalhador braçal, mas naquele que exerce a função administrativa, defendendo uma organização de cima para baixo, pois, em sua opinião, as empresas precisavam ser bem administradas para garantir o lucro, de maneira que a administração olha o todo, numa amplitude e profundidade maior. Fayol defende que o bom administrador departamentaliza e acompanha todas as vertentes da empresa e também o chão da fábrica.

Na atualidade, há uma tendência a valorizar a perspectiva administrativa de Fayol, por comportar critérios que correspondem ao que a administração atual precisa. Entretanto, Chiavenato adverte que,

[...] embora Taylor em seu enfoque do trabalho tenha sido indubitavelmente um homem do século XIX, ele partiu de objetivos sociais e não da engenharia ou do lucro. O que inspirou Taylor foi o desejo de libertar o trabalhador do encargo do trabalho excessivo e romper a Lei de Ferro dos Salários, combatida pelos economistas clássicos, que condenava o trabalhador à insegurança econômica e a resignar-se com a miséria. A esperança de Taylor — e isso foi conseguido nos países adiantados — era tornar possível ao trabalhador uma vida digna por meio de uma produtividade maior do seu trabalho. (CHIAVENATO, 2004, p.148).

A perspectiva descrita acima é um recorte do estudo de Taylor, em que se evidencia uma preocupação com o trabalhador, mas seu interesse último era o lucro. Contudo, o que é fundamental é que tanto Taylor, Ford e Fayol foram teóricos que contribuíram para o avanço de práticas administrativas. Hoje, suas teorias e estudos favorecem o entendimento da estrutura administrativa, pois estão relacionadas à Organização Racional do Trabalho, que tem

⁶Henry Ford (1863-1947) iniciou sua vida como mecânico. Projetou um modelo de carro e em 1899, fundou sua primeira fábrica de automóveis, que logo depois foi fechada. Sem desanimar, fundou, em 1903, a Ford Motor Co. Sua idéia: popularizar um produto antes artesanal e destinado a milionários, ou seja, vender carros a preços populares [...]. Entre 1905 e 1910, Ford promoveu a grande inovação do século XX: a produção em massa. [...] Ford inovou na organização do trabalho: a produção de maior número de produtos acabados com a maior garantia de qualidade e pelo menor custo possível. (CHIAVENATO, 2004, p.65).

⁷Jules Henri Fayol (1841-1925) fundador da Teoria Clássica. Nasceu em Constantinopla, Istambul. A Teoria Clássica caracteriza-se por seu enfoque prescritivo e normativo: prescreve os elementos da administração (funções do administrador) e os princípios gerais que o administrador deve adotar em sua atividade. (CHIAVENATO, 2004, p.65).

por objetivo eliminar movimentos inúteis, contribuindo para que o trabalhador realize suas tarefas de forma sequencial e rápida.

O que se pode apreender é que, independente dos seus benefícios ou não, o modelo Fordista/Taylorista fragmenta o trabalho, colocando o sujeito como mais uma peça na produção, na qual o trabalho é repetitivo, metódico e cansativo. Mesmo com todas essas dificuldades, o sujeito utiliza uma característica inerente à condição humana, que é a adaptação.

Sendo assim, com o surgimento do Capitalismo, houve uma discrepância assustadora entre as classes sociais. Dessa maneira, que os que eram pobres empobreceram mais e consideravelmente, enquanto os que eram ricos tornaram-se mais ricos ainda. Marx faz uma análise completa desse ponto de vista quando afirma que “[...] o trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão, o trabalhador se torna tão mais barato quanto mais mercadoria produz” (MARX, 2004, p. 80).

Ora, sob essa perspectiva marxista quanto mais as coisas/objetos são produzidas e valorizadas, menos valor tem o sujeito trabalhador, pois não só sua força de trabalho se torna mercadoria, mas ele próprio, que vai se perdendo nessa produção, a qual não faz parte de seu universo. Esse pensamento é reforçado pelo posicionamento de Hobsbawm (2011), quando afirma que

[...] os relativamente pobres ficaram mais pobres simplesmente porque o país e sua classe rica e média ficaram, obviamente, mais ricos. No exato momento em que os pobres estavam nas piores condições possíveis... a classe média estava com sobra de capital, que investia quase que integralmente em estradas de ferro e gastava em mobiliário e artigos domésticos apresentados na Grande Exposição de 1851 e em construções opulentas nas cidades... nas escuras cidades do norte. (HOBSBAWM, 2003 apud HUNT; LAUTZENHEISER, 2013 p. 111).

A condição descrita acima fez com que surgissem organizações sérias, comprometidas com o desenvolvimento de vida das pessoas, buscando melhores condições de trabalho. Então, após a Primeira Guerra Mundial, foi assinado um acordo de paz entre as potências participantes da guerra: O Tratado de Versalhes (1919), que determinou alguns termos para a manutenção da paz. Nesse mesmo documento foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), composta por uma estrutura tripartite, com representantes dos governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores, que ficou responsável pela aplicação das normas internacionais do trabalho, cuidando para que houvesse dignidade para o trabalhador, evitando, assim, a exploração por parte do empregador; em suma, resultando em condições

mais justas de trabalho. Assim, essa entidade teria como responsabilidade normatizar a relação empregador/empregado, garantindo que, mesmo com crescimento econômico, houvesse equidade nas relações sociais, especialmente as trabalhistas. A OIT formaliza, entre outros pontos, o que é o trabalho decente, assim,

[...] sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. Ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), o Trabalho Decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 1999, p. 03).

Na prática, a ação da OIT é modesta, pois há muitas injustiças naquilo que se refere ao trabalho/trabalhador. Isto porque os reveses políticos, econômicos e sociais sempre refletiram na vida dos trabalhadores, tanto que na contemporaneidade houve um processo de mudanças, pois uma característica inata ao capitalismo e ao mercado é a tendência de adaptação, de acordo com o contexto e necessidades, há uma transformação no modo de agir e produzir. Por isso a resistência do capitalismo. Um exemplo dessa adaptação é o Neoliberalismo, que pode ser considerado um novo modelo de capitalismo. Um modelo mais recente, que se adapta às exigências postas pelo novo modelo político, econômico e social, mas, se for observado com mais critério, mantém as desigualdades históricas.

Na contemporaneidade, o mundo do trabalho está diretamente ligado às tecnologias, que, teoricamente, aumentariam a qualidade de vida do homem, proporcionando mais tempo livre. Entretanto, Marcuse (1973) aponta que esse recurso seria, na realidade, mais uma forma de controle, porque aumentaria o alcance desse domínio, conforme fragmento abaixo:

O novo mundo-do-trabalho tecnológico impõe um enfraquecimento da posição negativa da classe trabalhadora: esta não parece ser a contradição viva da sociedade estabelecida. [...] Os patrões e proprietários capitalistas estão perdendo sua identidade como agentes responsáveis; estão assumindo a função de burocratas numa máquina corporativa. Dentro da enorme hierarquia das juntas executivas e de gerência que se estende muito além de cada estabelecimento até o laboratório científico e instituto de pesquisas, [...]. Pois, na realidade, nem a utilização dos controles políticos em vez dos controles físicos (fome, dependência pessoal, força), nem a mudança no caráter do trabalho pesado, nem a assimilação das classes ocupacionais, nem a igualação na esfera do consumo compensam o fato de as decisões sobre a vida e a morte, sobre a segurança pessoal e nacional, serem tomadas em lugares sobre os quais os indivíduos não têm controle algum. Os escravos da civilização industrial desenvolvida são escravos sublimados, mas são escravos, porquanto a escravidão é determinada. (MARCUSE, 1973, p. 48-49).

Este modelo econômico, baseado na tecnologia e na livre concorrência, trata igual o desigual. Sua reestruturação produtiva tem como pano de fundo a criação de sociedades cada vez mais desiguais, pois alguns são privilegiados, seja pela inteligência, por possuir recursos financeiros ou pela oportunidade de estudo, o que resulta em melhores chances no mercado de trabalho. Em contrapartida, os que não são beneficiados por esses quesitos e ainda moram em regiões pouco desenvolvidas ficam sujeitos à sorte, mas pelo mercado de trabalho são tratados do mesmo modo, os que têm condições de concorrência encontram possibilidades de trabalho, os menos preparados, normalmente, sucumbem no subemprego ou ficam fora do mercado trabalhista.

Com o alcance tecnológico, aumentou-se a precarização dos vínculos de trabalho, o que intensificou as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a exclusão social, mas com um aumento irrestrito do lucro. Este contexto é uma réplica do que o próprio Marx defendeu em outros tempos, pois o trabalhador continua a serviço do capitalista, ou, sob outra perspectiva, o que é produzido pelo trabalhador é propriedade de quem comprou a sua força de trabalho, conforme o que aponta Antunes e Praun (2015).

Em geral, ao se falar em precarização, está se falando em remunerações baixas, em poucos benefícios e mínimas garantias. O empregador tem inúmeras possibilidades para promover instabilidades que garantam mão de obra barata, uma delas é a terceirização do trabalho, o que reduz benefícios e segurança para o trabalhador, conseqüentemente há redução de gastos para a empresa e lucros consideráveis para o empregador. Como numa relação de equilíbrio, na qual um indivíduo ganha e o outro perde, é natural que, dessa forma, o sujeito trabalhador seja prejudicado. Assim, com “ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc.” (HIRATA, 2007, p. 26).

É importante salientar que, quanto mais escassa a oferta de trabalho, mais o sujeito se submete a condições precárias, pois, se não concordar com o pouco que é pago e oferecido, não terá nada. Outros trabalhadores concordarão em realizar o mesmo trabalho por salários inferiores. “O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados recentes da OIT?” (ANTUNES, 2004, p. 36).

No fragmento abaixo, Antunes (2004) mostra que, ainda no século XXI, algo próximo ao que ocorria no período da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, é imposto pelas grandes empresas capitalistas aos trabalhadores:

[...] só a título de exemplo: na Indonésia, mulheres trabalhadoras da multinacional Nike ganham 38 dólares por mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas Wal-Mart, K-Mart e Sears utilizam-se do trabalho feminino, na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana com salários menores que 30 dólares por mês. (ANTUNES, 2004, p. 36).

Nessa perspectiva, outro fator relevante é que a forma estrutural do trabalho cria uma taxa natural de desemprego, o chamado ‘exército de reserva’, que diminui a força sindical, porque são sindicalizados apenas os trabalhadores com contrato de trabalho formal. Isso, além de enfraquecer os sindicatos, gera angústia e garante mão de obra barata, pois uma parte dos trabalhadores prefere ganhar pouco a integrar o exército dos desempregados.

Aliada às transformações descritas acima, estão as mudanças na qualificação do trabalho, na estrutura do mercado e na relação capital-trabalho, já que todos esses fatores ampliam a precarização e a exploração do trabalho pelo capital, com prejuízos ainda maiores para a saúde do trabalhador.

A mudança na qualificação do trabalho exige uma qualificação específica do trabalhador, isso ocorreu em função da introdução de novas tecnologias da informação, ou seja, foi necessário que mais uma vez o empregado se adaptasse às exigências do empregador e, portanto, aquele que não conseguisse abstrair novos conhecimentos, estaria fadado à desqualificação. A capacitação do sujeito é fundamental e determinante para a manutenção do seu emprego, o que causa angústia naqueles que não acompanham as novas necessidades do mercado de trabalho.

Todas essas mudanças e suas inevitáveis consequências refletiram em quase todo o mundo e, no Brasil, não foi diferente; ao contrário, aqui, sob alguns aspectos, as consequências foram ainda mais incisivas. Afinal, aqui já havia relações precárias de trabalho e a desqualificação acirrou a desigualdade social. Basta imaginar, por exemplo, as desigualdades oriundas da questão racial, o afrodescendente, que historicamente foi prejudicado nas relações sociais, nesse novo modelo trabalhista, sofreu outras limitações. Dessa maneira, a linha divisória, que sempre foi extrema, evidenciou-se, pois salientou as possibilidades de trabalho e o subemprego; senão o desemprego, especialmente se for

considerado o quão deficitário é o suporte do sistema de proteção social, situações a que a OIT, mesmo com suas iniciativas, não consegue garantir proteção.

Outro complicador desse quadro é a baixa escolaridade presente nas camadas menos favorecidas, para as quais, em geral, sobejam os trabalhos ‘inferiores’ e, conseqüentemente, menos rentáveis. Analisando o contexto da reestruturação produtiva, é possível observar a extensa precarização por meio da informalidade dos espaços trabalhistas. É nítida a deterioração do trabalho formal, pois aquele que contrata respeitando a regulamentação está, gradualmente, substituindo seus trabalhadores por outros terceirizados, pelo corporativismo, empreendedorismo e outros, que crescem no mundo agrário, industrial e de serviços, como aponta Filgueiras (2011).

Para agravar esta situação, o trabalhador desempregado não é absorvido pelos sindicatos, que seguem a lógica de que o trabalhador é aquele que tem algum tipo de vínculo, esquecendo que o desempregado também é um trabalhador, porém fora do mercado de trabalho. Filgueiras aborda esta questão com muita propriedade:

Ocorreram no Brasil, nos anos 1990, a terceirização das atividades e ocupações econômicas, a piora na qualidade dos postos de trabalho e a estagnação relativa dos rendimentos dos trabalhadores. Houve ainda redução percentual da força de trabalho protegida pela legislação. (FILGUEIRAS, 2011, p.439).

Esse contexto representa bem as condições de trabalho que determinam as relações da contemporaneidade. Isto é, o trabalhador é obrigado a conviver com baixos salários, instabilidade no emprego, concorrência constante, pois sempre pode aparecer um sujeito mais capacitado que ele. Sem contar que hoje a divisão do trabalho suplanta muito mais que o chão da fábrica, extrapola fronteiras. Um automóvel, por exemplo, pode ser produzido em diversos países, cada parte é feita em um lugar do mundo, quando é montado reúne-se o trabalho de muitos operários de várias partes do mundo. Dessa maneira, o empregador busca sempre a mão de obra mais barata. Esse é, de fato, um complicador para o operário da atualidade, seu concorrente não é só quem está perto, mas todos, inclusive, quem está além-mar.

Feita essa abordagem sobre o contexto geral do trabalho, a seguir trataremos do gênero, a fim de propiciar o contexto necessário para a fundamentação do estudo de nosso objeto.

2.2 O Gênero na divisão do trabalho

O trabalho tem particularidades e potencialidades próprias que interferem no contexto social, tanto positiva quanto negativamente. Como foi dito no início do texto, a divisão dos afazeres é fator presente no mundo do trabalho, isto desde os primórdios da existência humana. A cada tempo, sempre houve critérios para essa separação ou divisão. Em algum momento da história, as atividades eram divididas em trabalho rural ou urbano; intelectual ou braçal; masculino ou feminino, e assim por diante. Em a “Ideologia Alemã”, Marx e Engels afirmam que a [...] “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 28).

Na Idade Média havia uma divisão de trabalho muito evidente, em geral, a categoria feminina ficava com as atividades restritas ao lar, aos afazeres domésticos, com a lida no entorno da casa. As mulheres não saíam para a lida nas lavouras ou em outras atividades tidas como masculinas, se houvesse homens o suficiente para realizar tais tarefas. Essa realidade mudou na Idade Moderna, e foi intensificada com a Revolução Industrial, que provocou intensas mudanças na organização do trabalho e obrigou o sujeito a se adaptar a novas formas de labor, exigindo, inclusive, que se dedicasse horas seguidas a uma atividade repetitiva.

Não bastasse essa condição exaustiva e exigente, esses trabalhadores ainda eram mal remunerados, pouco valorizados e ameaçados constantemente. Com a evasão das famílias para a cidade, foi necessário que todos trabalhassem de maneira muito similar, com poucas variações, havia algumas indústrias, como as de confecções, em que o trabalho era mais direcionado para as mulheres e crianças. Entretanto, de maneira geral, todos ficavam sujeitos às mesmas condições e ao mesmo tipo de trabalho. Com a diferença de que mulheres e crianças, normalmente, recebiam menos pelos serviços prestados, o que contribuía para que os empregadores preferissem contratá-los, uma vez que era mão de obra mais barata e, na maior parte das vezes, tão capaz quanto o operário masculino. Logo, é possível perceber que, mesmo que o trabalho mude, as condições de vida do trabalhador continuam limitadas. Dessa forma, toda família sofre. No começo do século XIX toda insatisfação com esse cenário contribuiu para que houvesse novas revoltas contra o sistema fabril, o que causou a morte de muitas pessoas, especialmente dos homens que partiram para o embate, pois muitos deles foram enforcados ou deportados.

Em vista disso, é importante ressaltar que a garantia de trabalho para mulher não significava que teria salário justo pelas atividades realizadas. Ao contrário, a demanda pela

mão de obra feminina, na realidade, era a garantia de economia para o empregador. Durante os períodos de guerra, a mão de obra feminina tornava-se bastante requisitada, pois, além de haver o interesse no trabalho barato, a oferta de trabalhadores masculinos era reduzida. Nessa situação, a operária era contratada, mas por baixos salários.

Na atualidade, o mercado de trabalho ainda privilegia os homens, por exemplo, na questão salarial (com salários mais altos) e na ocupação de cargos mais elevados. Esses são fatores preponderantes na divisão sexual do trabalho. Nas mais diferentes condições, as mulheres inseriram-se na esfera do trabalho e estão vagarosamente ocupando seu espaço, mesmo com o preconceito e resistentes desigualdades, como a diferença salarial. Hirata (2007) salienta que os trabalhadores, de um modo geral, sofrem com as limitações e a precarização do trabalho, isto vale tanto para o homem quanto para a mulher. Mas se percebe que a precarização do trabalho feminino é maior, apesar de sua responsabilidade ser similar ao trabalho masculino.

Hirata (2002) faz uma análise produtiva da divisão do trabalho por gênero numa perspectiva taylorista observando, por meio de muitas pesquisas, que uma das características da operária era suportar uma carga de pressão relacionada ao tempo. Em geral, tratavam-se jovens operárias, sujeitas a um trabalho penoso e repressivo, e tinham por característica serem submissas aos homens — pais e maridos — e eram igualmente passivas e aceitavam mais tranquilamente as ordens recebidas, bem como toleravam, por um tempo maior, a penúria do trabalho, sem reclamar.

Essa realidade prevaleceu por muito tempo, pois em vários momentos as mulheres se viram solitárias, obrigadas à responsabilidade de cuidar dos filhos/família. Assim, continuaram se sujeitando às condições menos dignas de trabalho e a salários incompatíveis com a função que realizavam. Mesmo sabendo que os homens que executavam a mesma atividade ganhavam mais, às vezes o dobro do seu salário. Essa realidade foi se perpetuando e, por mais que haja leis que proibam esse ato, inclusive pela OIT, que tenta combater incessantemente esta situação, o fato é que o quadro não se modifica de maneira conclusiva, isto é, mesmo em pleno século XXI — em que houve grandes e expressivas mudanças — a diferença nas condições de trabalho, no que se refere ao gênero, permanece.

É verdade que as mulheres estão se preparando e estudando mais, assumindo cargos de importância. Mesmo assim, também é verdade que, apesar de seu esforço, a realidade da divisão do trabalho por gênero permanece. Ainda que algumas mulheres consigam destaque e,

em algumas situações, se sobreponham aos homens, o que ocorre é que um homem na mesma função tende a ganhar mais. Mesmo que a mulher realize atividades que, na maioria das vezes, são direcionadas para os homens, mesmo que seja tão competente como eles, é muito comum encontrar mulheres ganhando menos. Conforme apontamentos de Melo:

No mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos. Há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e tem menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego. (MELO; BARROS, 2000 apud MELO, 2005, p. 14).

Em outras épocas, as mulheres tinham funções delimitadas no mercado de trabalho, porém, nestas últimas décadas, iniciaram um processo tímido, mas constante de mudança e, hoje, a força de trabalho feminina ocupa as mais diferentes funções, inclusive algumas que eram exclusivamente destinadas ao universo masculino. Houve um período em que as mulheres disputavam o trabalho com o homem apenas no chão da fábrica. Todavia, com o passar do tempo, as demandas que foram surgindo, inclusive pela própria necessidade do mercado e por necessidades das próprias mulheres, estas foram se profissionalizando e rompendo os limites que existiam entre elas e alguns tipos de trabalho, sendo estes diferentes daqueles anteriormente oferecidos e tidos como exclusivamente femininos, como, por exemplo, o ofício de costureira. Na contemporaneidade, até mesmo os trabalhos mais grosseiros, antes realizados apenas por homens, são exercidos, sem muitos questionamentos, pela força de trabalho feminina, isto pode ser explicado, em outras palavras, por Antunes e Alves (2004):

[...] há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, desde 1998 o contingente feminino tornou-se superior ao masculino, na composição da força de trabalho britânica. (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 337).

Este quadro trabalhista demonstra ser definitivo, pois a força de trabalho feminina está inserida no universo de trabalho. Frente a essa situação é importante salientar que a definição de sexo é biológica, isto é, homem/mulher. No entanto, aquilo que se refere a gênero está

alicerçado nas relações sociais e culturais de papéis atribuídos ao masculino e ao feminino, portanto, pode ser modificado de acordo com a época e com as mudanças e necessidades sociais, conforme explicam Freitas e Dantas (2012).

Não é possível ignorar que, apesar de todas as dificuldades, as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho, há inclusive demonstrações que indicam esse aumento. Um dos pontos apresentados por estudiosos, como Hirata (2002), é que dentre os muitos fatores que contribuem para esse fenômeno, destaca-se, além dos baixos salários, a informalidade. Entre as décadas de 1960 e 1990, a mão de obra feminina se caracterizava pelo contrato sem registro, portanto, sem garantias e sem nenhuma segurança, mas, nesse contexto, configurava-se como um serviço mais barato para o empregador.

Outro fator relevante é a carga horária menor que a preconizada, o que desencadeia uma facilidade para a mulher casada e mãe, pois assim a trabalhadora consegue garantir algum salário para contribuir com as despesas da casa sem, contudo, abandonar seus afazeres domésticos e o cuidado em relação ao marido e aos filhos. Fontenele-Mourão aborda essa questão da seguinte maneira:

[...] este enfoque explicaria o aumento de oportunidades de emprego mais que proporcional para as mulheres vis-à-vis aos homens, em razão, sobretudo, das características da atual divisão do trabalho por sexo: emprego em atividades de tempo parcial atrairia prioritariamente as mulheres, pois permitiria compatibilizar trabalho doméstico e trabalho remunerado; como mão-de-obra secundária, as mulheres aceitariam salários inferiores, atendendo mais imediatamente à demanda dos setores públicos e privados, até porque, em face do aumento do desemprego, seriam provavelmente as primeiras a serem dispensadas, tendo baixo poder de barganha. (FONTENELE-MOURÃO, 2006, p.19).

Ademais, as mulheres são subvalorizadas em muitos países, aqui no Brasil não é diferente. As mulheres estão presentes em boa parte das empresas do país⁸, a participação do contingente feminino é, portanto, expressiva, principalmente se considerado que há mais de 5,2 milhões de empresas e outras organizações formais ativas no país — estes dados são dos anos

⁸ O Brasil possui atualmente 12.904.523 (Doze Milhões, Novecentos e Quatro Mil, Quinhentos e Vinte e Três) de empreendimentos, incluindo seus estabelecimentos matriz e filiais. Destes, 90%, que representam 11.663.454 empresas são empreendimentos privados. Outros 9%, ou, 1.144.081, são entidades privadas sem fins lucrativos, e 1%, 96.988 são entidades públicas governamentais. O Setor de Serviços é o que mais possui empreendimentos, com 43,91% do total, seguido pelo comércio, com 42,07%, Indústria com 7,16%, Agronegócio com 4,72%, Setor Financeiro com 1,38% e Serviços Públicos com 0,75% do total dos estabelecimentos. O Subsetor com mais empreendimentos é o Comércio Varejista, com 32,60% do total, seguido de Serviços Diversos com 13,13% e Turismo, Lazer, Esportes e Serviços Especializados com 9,16%. Dados disponíveis em EMPRESÔMETRO – CENSO DAS EMPRESAS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS BRASILEIRAS: Totalidade das Empresas Brasileiras em 30/09/2012.

Disponível em: <http://www.deleon.com.br/estudos/censo_das_empresas_e_entidades_-_outubro_2012_-_v10_-_imprensa.pdf>. Consulta realizada em 17/07/2016.

de 2011 e 2012, oferecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Entretanto, de acordo os dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), esses números são ainda mais significativos, conforme nota nº 08. De acordo com os dados do IBGE:

O Cadastro Central de Empresas – Cempre continha 5,2 milhões de empresas e outras organizações formais ativas no ano de referência 2012, que ocuparam, em 31 de dezembro, 53,4 milhões de pessoas, sendo 46,2 milhões (86,6%) como pessoal ocupado assalariado e 7,1 milhões (13,4%) na condição de sócio ou proprietário. Os salários e outras remunerações pagos totalizaram R\$ 1,2 trilhão. O salário médio mensal⁷ foi de R\$ 1 943,16, equivalente a 3,1 salários mínimos. (IBGE, 2013, p. 24).

Novamente de acordo com o Cempre, divulgado pelo IBGE, ainda em 2012, 46.242.713 pessoas estavam empregadas recebendo salários, desse total, 57,3% eram homens e 42,7% eram mulheres. Quanto à remuneração, o salário médio dos homens ficava em torno de R\$ 2.126, 67 e o das mulheres em média de R\$1697,30, de maneira que os homens recebiam cerca de 3,4 salários mínimos, enquanto que o valor recebido pelas mulheres não ultrapassava 2,7 salários mínimos, ou seja, uma disparidade salarial de 0,7 salário de diferença, conforme pode ser conferido na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Brasil: Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo sexo e nível de escolaridade

Sexo e nível de escolaridade	Pessoal ocupado assalariado		Salário médio mensal	
	Absoluto	Relativo (%)	Em reais (R\$)	Em salários mínimos
Total	46 242 713	100,0	1 943,16	3,1
Sexo				
Homens	26 501 756	57,3	2 126,67	3,4
Mulheres	19 740 957	42,7	1 697,30	2,7
Nível de escolaridade				
Sem nível superior	38 037 534	82,3	1 398,74	2,2
Com nível superior	8 205 179	17,7	4 405,55	7,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2012.

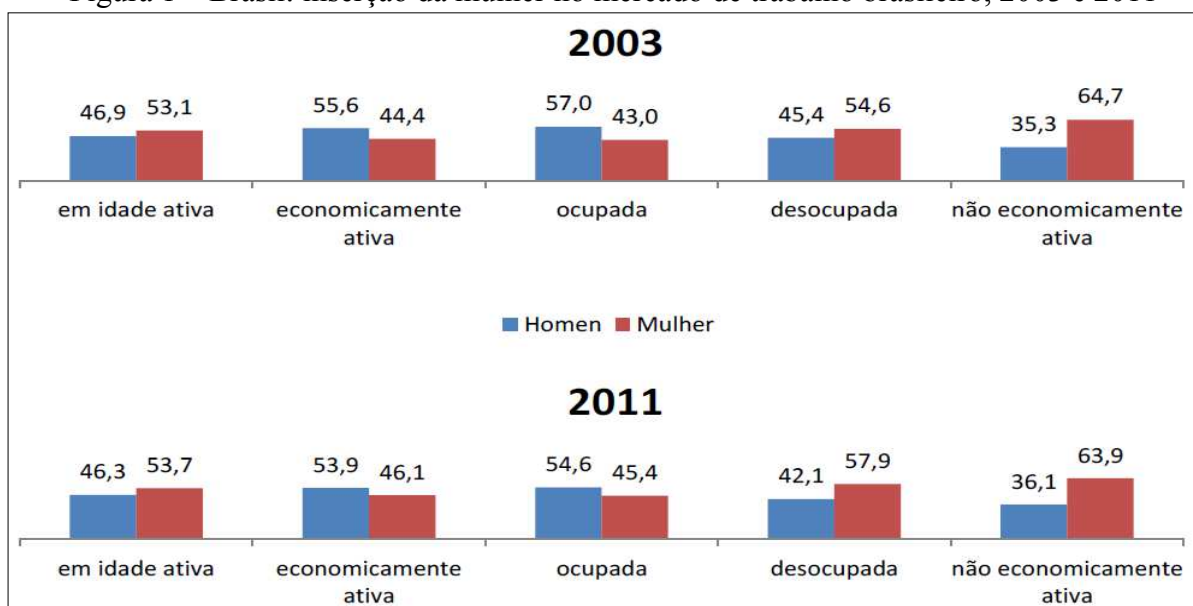
Essa realidade apontada na Tabela 1 é recorrente, pois, de acordo com os dados do IBGE (2012), dados de mais de uma década, é possível perceber essa situação de maneira bem evidente:

[...] a maior autonomia das mulheres não se traduziu, necessariamente, em igualdade de renda em relação aos homens. Um exemplo é o rendimento médio mensal das mulheres responsáveis por domicílios — R\$ 591,00 —, inferior ao dos homens na mesma condição — R\$ 827,00. Metade delas sustenta a família com menos de 1,8 salário mínimo (R\$ 324,00). A disparidade se repete em todas as regiões do país, sendo que o maior rendimento médio feminino é encontrado no Sudeste — R\$712,00 — e o menor, no Nordeste — R\$ 376,00. Em 1991, a renda das mulheres equivalia a 63,1% da dos homens. Já em 2000, esta relação atingiu 71,5%, reduzindo-se a desigualdade entre homens e mulheres. (IBGE, 2012, p. 1)

Tal situação não se modificou nos anos seguintes, pelo menos não houve mudanças significativas, como pode ser analisado pela Figura 1. O que é possível observar de acordo com os dados é que, quando há um índice de crescimento positivo, a mulher está sempre numa posição menos favorecida, como é o caso da população ocupada em 2003, em que 57%

era a população masculina e 43% a feminina. Em 2011 houve um crescimento da ocupação feminina, que chegou a 45,4%, ou seja, em oito anos, essa ocupação aumentou 2,4%, de modo que houve um decréscimo em relação ao grupo de homens ocupados, que foi de 57% para 54,6; mas a ocupação feminina ainda é menor.

Figura 1 – Brasil: inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, 2003 e 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2003-2011. *Média das estimativas mensais.

Nesse sentido, quando inserida no mercado de trabalho, a mulher trabalhadora está sujeita às mesmas condições ofertadas aos homens, porém a remuneração para ela costuma ser menor e a maioria tem dupla ou tripla jornada de trabalho. Desse modo, em geral, a mulher é submetida a um excesso de responsabilidades, o que colabora para que haja um círculo vicioso, no qual o empregador, sabendo desta carga maior que a mulher costuma assumir, considera que a mesma tem o foco prejudicado, não lhe oferecendo promoções para cargos de mais responsabilidade, o que poderia melhorar o seu salário (FERREIRA, 2013).

Essas informações podem ser confirmadas em levantamentos feitos pelo IBGE, em 2013, que tiveram por objetivo investigar a média de horas semanais trabalhadas na atividade principal, no caso o trabalho remunerado, e nos afazeres domésticos. Isso demonstrou que a carga de trabalho principal para a mulher costuma ser menor, em relação à carga laboral do homem. As mulheres chegam a trabalhar na atividade remunerada cerca de 6 horas menos que os homens. Contudo, de acordo com a mesma fonte, em se tratando das atividades domésticas, as mulheres trabalham mais de 10 horas/semanais que os homens e, no final, as

mulheres têm jornadas superiores, haja vista que elas costumam ter jornadas semanais de até 56,4 horas enquanto a jornada masculina costuma ficar em torno de 51,4 horas. De tal modo, a carga horária da mulher é menor, porém, ao somar ao trabalho doméstico, suas horas trabalhadas são mais que o dobro das que o homem gasta nas atividades domésticas. Conforme foi citado na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Brasil: a média de horas trabalhadas entre o trabalho principal e doméstico

Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
39,2	41,8	35,7	16,2	9,8	20,6	55,4	51,4	56,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

É importante contextualizar o ambiente laboral e a realidade feminina, pois são dados que favorecem a compreensão do adoecimento feminino. O trabalho, com dupla carga horária para esse gênero, pode ser um dos importantes quesitos das morbidades da trabalhadora, mas também o adoecimento no trabalho pode estar associado à sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mulheres, principalmente, pelo excesso de atividades, que perpassam trabalhos domésticos e remunerados. A ocupação de postos de trabalho pela mulher, que antes eram majoritariamente masculinos, é uma grande conquista, entretanto, sua condição no ambiente familiar se modificou muito pouco. Em muitos casos, a mulher trabalhadora contribui com o orçamento familiar, mas não tem as tarefas domésticas divididas. Isto causa a sobrecarga, que pode ter como resultado o adoecimento, especialmente se a sua função laboral é exigente e desgastante.

Com o surgimento das Políticas Públicas que instituem regras, estratégias e monitoramentos, é possível proporcionar a diminuição de estressores laborais que geram más condições de vida ou precarização do trabalho feminino, como a Lei nº 9.799/99, cujo artigo 461 declara que: “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade” (BRASIL, 1999).

Todos esses temas referentes à questão do trabalho possuem suas consequências. O trabalho é algo fundamental na vida humana, tanto que está presente nesta, historicamente, há

muito tempo. Seja em maior ou menor proporção, o fato é que, para sobreviver, o homem precisa trabalhar, mesmo que ele não queira desenvolver algumas funções, é necessário que designe alguém para fazê-las em seu lugar, caso contrário, começam a surgir problemas que poderão comprometer a sua existência. Mas junto dessa necessidade de trabalho está a angústia da sobrevivência, pois o trabalho está intrinsecamente ligado a responsabilidades, dentro e fora das atividades laborativas.

Sendo assim, o trabalhador, sujeito a algumas condições desgastantes de trabalho, desenvolve, ao longo do tempo, doenças inerentes a sua função. Mesmo sofrendo por causa do trabalho, na maioria das vezes, ele aceita essa subjugação, pois precisa do salário para sobreviver, especialmente se tiver família para sustentar. Por isso, mesmo que o trabalho gere angústia e sofrimento, tanto físico quanto mental, o sujeito permanece no trabalho até o adoecimento irremediável. Diante desse fato, isto é, considerando-se que atividades laborais tendem a levar o trabalhador ao adoecimento, é que se faz necessário que o empregador ofereça condições dignas de trabalho, que zele pela saúde de seu funcionário, de maneira que este possa ficar mais tempo em atividade, mas com qualidade de vida.

Ainda em sua constituição, ficou definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no documento elaborado na cidade de Nova Iorque, em 22 de Julho de 1946, que a saúde é um conceito abrangente, podendo ser definida da seguinte forma: “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez” (OMS, 1946).

Logo, um sujeito nessas condições é indiscutivelmente saudável. Para se compreender o que é Saúde do Trabalhador, basta direcionar a definição da OMS para o sujeito trabalhador. De modo que a saúde, dentro de tal conceito, seja mantida apesar do trabalho realizado. Assim, numa preocupação com o trabalhador, o Ministério da Saúde, determinou que o

[...] termo Saúde do Trabalhador refere-se a um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Nesta acepção, considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens, mulheres e crianças nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. O fundamento de suas ações é a articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (BRASIL, 2001, p. 7).

Ora, desde que o Capitalismo foi assumido como modelo econômico, a palavra de ordem é o lucro. Não se quer aqui polemizar e propor novos modelos para a economia; ao contrário, o que se pretende é justamente partir da realidade posta, do que está em vigência

em termos de economia, analisar esse contexto e encontrar alternativas que verdadeiramente funcionem para trabalhador/empregador/Estado. Afinal, esse é o tripé econômico, conforme aponta Mészáros (2015), ao dizer que a economia adotada atualmente é estruturada num modelo em que é necessário o tripé, ou seja, Capital/Estado/Trabalho, estas, segundo ele, são células constitutivas da ordem vigente.

Se analisar a questão histórica, sempre houve uma exploração do sujeito trabalhador e, como já analisado, em outros períodos, havia o sofrimento e o adoecimento em função do trabalho, tanto que isso despertou o olhar atento de alguns estudiosos, como o Ramazzini. Todavia, em outros períodos da história, o sujeito ainda controlava seu tempo, ainda podia ceder às necessidades de seu corpo. Com a Revolução Industrial, houve uma mudança nessa prerrogativa, uma vez que precisou adaptar-se o corpo à máquina e à urgência da produção.

Mesmo que alguns outros estudiosos tenham interferido nesse contexto, o fato é que foi sempre na perspectiva do empregador. Como ocorreu na Administração Científica, proposta por Taylor, que sugeriu a racionalização e o planejamento das atividades do sujeito; sob sua perspectiva, cada movimento executado pelo trabalhador deve ser pensado como possibilidade de aumento de produtividade. Isso aumenta a tensão do trabalhador, agredindo-o de todas as formas, pois afeta sua condição física e mental.

Tendo essa consciência, pretendemos entender o que ocorre minimamente nesse ambiente de trabalho que resulta em adoecimento e, se possível, encontrar alternativas que possam diminuir os problemas referentes à Saúde do Trabalhador, sobretudo das mulheres trabalhadoras no transporte coletivo de Uberlândia. Sendo assim, este contexto será discutido no próximo capítulo.

3. TRABALHO E ADOECIMENTO

O trabalho, na sua concepção ideal tem a capacidade de dar prazer, sendo algo bom, mas o descumprimento da legislação vigente, que protege a saúde do trabalhador, tem resultado em adoecimento e sofrimento. Porém, percebe-se, atualmente, uma movimentação dos órgãos envolvidos na fiscalização e nas representações sindicais promovendo discussões sobre a relação trabalho e adoecimento. O ponto principal em pauta, então, é a mudança no modo como o sujeito executa sua atividade, com o objetivo de preservar a saúde.

Como já foi citado, a proposta deste estudo é conhecer os motivos pelos quais adoecem as motoristas e cobradoras do transporte coletivo de Uberlândia-MG em comparação com o adoecimento do gênero masculino, tendo em vista que as cidades têm se mostrado um campo fértil para desenvolvimento de problemas ambientais que provocam o adoecimento do indivíduo.

Em vista disso, cabe ressaltar que no contexto da relação entre doença e trabalho é que foram definidas as Doenças Profissionais ou Ocupacionais e as Doenças do Trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o da Previdência Social. As primeiras são aquelas que resultam do exercício do trabalho, sendo diretamente ligadas à profissão ou ao ramo de atividade, como a catarata que o soldador desenvolve. Já a Doença do Trabalho está relacionada com o meio ambiente, em que o trabalho é exercido, como a surdez, que é uma consequência do ruído excessivo (LEI 8213, 1991). A Lei 8213, de 24/07/1991, artigo 20, itens 1 e 2, garante que Doença do Trabalho e Doença Ocupacional são acidentes de trabalho. Portanto, os problemas ambientais e a organização do trabalho geram adoecimento nas motoristas e cobradoras do transporte coletivo.

Essa questão remete às relações entre trabalho, meio ambiente e saúde, que são bem representadas pelo local em que se realiza o trabalho das motoristas e cobradoras no transporte coletivo urbano. O processo de urbanização, com o crescimento acelerado das cidades, tem colaborado para o aumento de problemas ambientais, como poluição sonora, desconforto térmico, poeira, fumaça e outros. As profissões de motorista e cobradora estão dentro do setor de serviços, mas o controle de eventos provocados pelos agentes de risco ocupacional, na prestação deste serviço, é mais complicado do que no ambiente de uma empresa, porque estas atividades não ocorrem em um ambiente controlado, uma vez que são

exercidas em um local em deslocamento espacial, o veículo, ainda que percorram um trajeto pré-determinado.

Portanto, a saúde e a qualidade de vida da trabalhadora do transporte coletivo sofrem influência da degradação do meio ambiente, como ocorre para qualquer outra pessoa. Porém, elas também estão expostas a outros agentes de risco ocupacional no espaço interno do veículo, como, por exemplo, a postura inadequada ao dirigir e, devido ao motor na parte dianteira, ao calor e ruído acima do tolerável. Soma-se a isso que o ambiente de trabalho não se resume à dimensão material e, segundo Zamboni e Barros (2013), “a atividade do trabalhador não se limita à operação técnica dos aparelhos, mas envolve uma dimensão de subjetividade que permeia as relações entre homens e máquinas”. Sendo assim, para exercer a profissão de motorista, há o envolvimento de, segundo Balbinot et al, (2011), “múltiplos estímulos cognitivos e atitudes do motorista, sendo uma atividade complexa, que muitas vezes não é compreendida em todas as suas dimensões”. É uma atividade complexa que exige tomar decisões em um trânsito com tráfego de pedestre, excesso de ruído e imagens, além do fato de que dirigir requer memória.

Com relação à cobradora, sua função não se limita a cobrar as passagens, mas também é inserida no contexto das relações entre a motorista e os passageiros ou passageiros e passageiros, sendo considerada uma peça chave para minimizar os episódios de conflitos dentro do veículo. Segundo Prange (2011),

O cobrador é responsável também por apoiar o motorista, ajudando-o nas situações atípicas e evitando confusões entre passageiros. A atuação conjunta desses dois profissionais garante o funcionamento das viagens, a cobrança das passagens, o transporte dos passageiros, enfim, a essência do negócio. Por trás dessa engrenagem estão o fiscal, o despachante e o inspetor, fundamentais para a organização do trabalho dos motoristas e cobradores e, de certa forma, pelo controle sobre esses trabalhadores "diretos". (PRANGE, 2011).

A existência de fatores de adoecimento, materiais e imateriais, instigam a pesquisa destes tendo como objeto a motorista e a cobradora, e não apenas umas delas, porque elas estão duplamente expostas às condições precárias de trabalho no ambiente interno e externo ao veículo. Para a motorista, temos como exemplo disso a vibração e o ruído, já para a cobradora, o papel de mediadora, além do trabalho de cobrar as passagens. Nesse sentido, há uma diferença, sendo para a motorista os fatores materiais mais intensos e para a cobradora os fatores imateriais mais intensos.

Quanto à questão de pesquisar o gênero feminino, considera-se que pode haver ligação entre adoecimento e excesso de trabalho atribuído à trabalhadora, porque se ocupar de profissões, antes consideradas masculinas, não resultou em divisão igualitária do trabalho doméstico no ambiente familiar. Esta dupla jornada de trabalho do gênero feminino vem sendo pesquisada com foco na igualdade de gênero, pois, segundo Santos (2015, p.14) “A igualdade de gênero carece da divisão sexual do trabalho doméstico”.

3.1 Saúde do Trabalhador

O tema Saúde do Trabalhador já foi amplamente discutido, especialmente nos últimos anos, quando se compreendeu que o trabalhador é ponto fundamental de uma empresa, pois pode haver máquinas avançadas e potentes, mas é preciso que alguém desempenhe alguma atividade para que as coisas funcionem. Claro que a máquina já substituiu muito das atividades humanas, mas não completamente. Desse modo, por vários motivos, inclusive pela ação de entidades como a OIT, que se cobra condições melhores de trabalho, para que se mantenha a saúde física, mental e emocional do trabalhador.

Os empregadores, apesar de terem a prerrogativa de trocar de funcionário, já perceberam que ter um trabalhador saudável é mais produtivo. Portanto, uma vez que o trabalhador adoecido, na maioria das vezes, precisa do amparo e assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) e também da Previdência Social, aumentam os gastos destes sistemas. Logo, torna-se evidente que o sujeito saudável é melhor para todos, o que levou a classe patronal e os trabalhadores a aumentar a preocupação com a manutenção da saúde e do bem-estar do indivíduo.

Esse tema foi base das discussões na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, em Brasília (DF), quando se estabeleceram as diretrizes do SUS. Também, nesse mesmo ano, em dezembro, aconteceu em Brasília (DF) a I Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador. Esses dois eventos significaram um marco importante, porque, a partir destas conferências, a saúde do trabalhador foi considerada como prioridade. Houve iniciativas para substituir as ações da Saúde Ocupacional e a Medicina do Trabalho tradicional, levando em conta a expressão da Política de Saúde Pública na atuação/intervenção sobre as relações Trabalho e Saúde.

As diretrizes da VIII Conferência em Saúde contribuíram para formular os direcionamentos que se referem à saúde na Constituição Federal de 1988, no Artigo 198: “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado”. Essas medidas têm como objetivo o cuidado com a saúde do trabalhador, que passou a ter um novo delineamento institucional, pois foi incorporado enquanto área de competência própria da saúde, dentro do SUS.

Assim, o Estado, que compreendeu essa situação como urgente, se propôs a fazer a sua parte, criando mecanismos para que entidades trabalhem na vigilância e na sensibilização da importância de manter o indivíduo saudável. Também se reconhece que esse trabalho não pode ser desconectado do todo, portanto, é preciso uma abordagem holística, isto é, uma abordagem social, ambiental, psicológica e etc. Conforme cartilha orientadora do Ministério da Saúde, “A Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei n.º 8.080/90), que regulamentou o SUS e suas competências no campo da Saúde do Trabalhador, considerou o trabalho como importante fator determinante/condicionante da saúde” (BRASIL, 2002, p. 13).

Nesse período, houve uma tentativa de incluir a saúde do trabalhador nas prioridades do Programa de Saúde da Família (PSF) — hoje, denominada de Estratégia de Saúde da Família, mas esta postura ainda permanece em construção, na perspectiva de que esse problema deve ser combatido por várias frentes, por isso, a necessidade de mudanças no foco do atendimento oferecido ao trabalhador. Vale ressaltar que a Saúde do Trabalhador faz parte do processo da Saúde Coletiva.

Seguindo esse viés de raciocínio, entende-se a importância de pensar a atividade laboral como uma atividade transformadora, realizada pelo ser humano e que, por isso, não deve gerar sofrimento. A realização pessoal pode estar intrinsecamente ligada ao trabalho, do mesmo modo que trabalho não precisa estar atrelado ao estresse e ao adoecimento. Nesse contexto, a relação entre trabalho e saúde leva a acreditar que o ser humano não precisa adoecer ou morrer em decorrência da sua atividade laboral. Entretanto,

[...] segundo a Organização Internacional do Trabalho, todos os anos morrem no mundo mais de 1,1 milhão de pessoas, vítimas de acidentes ou de doenças relacionadas ao trabalho. Esse número é maior que a média anual de mortes no trânsito (999 mil), as provocadas por violência (563 mil) e por guerras (50 mil). No Brasil, os números são alarmantes. Os 393,6 mil acidentes de trabalho verificados em 1999 tiveram como consequência 3,6 mil óbitos e 16,3 mil incapacidades permanentes. De cada 10 mil acidentes de trabalho, 100,5 são fatais, enquanto em países como México e Estados Unidos este contingente é de 36,6 e 21,6, respectivamente. (BREGOLIN; MORAES; PANDOLFO, 2010, p. 23).

Igualmente, ter saúde e bem-estar no trabalho é, necessariamente, compreender a noção de sujeito como ator de sua vida no ambiente laboral, numa relação social de troca com os outros trabalhadores, numa busca constante de conhecimento e de luta contra os mecanismos de desvalorização e de precariedade do labor, o que implica um processo de construção e um avanço das condições de trabalho e da qualidade de vida e de saúde dos trabalhadores, conforme explica Agostini (1999).

Essa é uma tarefa coletiva, que deve ser dividida entre o Poder Público, seus representantes, o empregador e o empregado, tendo como fim último a manutenção da saúde do trabalhador. Em decorrência dessa iniciativa, a perspectiva é que haja a manutenção ou restabelecimento da condição física do trabalhador, e que esse ganho reflita na vida pessoal e familiar do sujeito, aumentando a qualidade de vida. Esta é uma medida necessária e grandiosa, mas extremamente complexa, pois, de acordo com a pesquisa aqui desenvolvida, há propostas que se mostram frutíferas, porém com grandes dificuldades de serem colocadas em prática.

Por isso, há a necessidade do comprometimento de todos, pois para uma eficiência do processo tem que haver um empenho do conjunto. Se isso ocorrer, ganha o empregador, que não perde com os afastamentos ocasionados por doenças; ganha o Estado, pois tem condições de otimizar os recursos que estão previstos para a Saúde do Trabalhador; e, principalmente, ganha o trabalhador, que mantém sua saúde e qualidade de vida.

O que se pode perceber pela observação e pela literatura a respeito de Saúde e Trabalho é que o adoecimento dos trabalhadores está ligado à precarização das condições de trabalho, tanto organizacional como ambiental. Esta realidade já foi mais delicada, como apresentado anteriormente, pois, em outros tempos, o trabalhador sucumbia por horas a fio de trabalho, sem intervalos decentes, tendo até o tempo de ir ao banheiro cronometrado. A diferença é que, em outras épocas, não havia uma legislação própria, como ocorre atualmente, portanto, esses trabalhadores estavam entregues à própria sorte. No mundo contemporâneo do trabalho, há situações tão desgastantes e inquietantes que o sujeito entra num nível de adoecimento que afeta não só sua saúde física, mas também a sua saúde mental.

Sob essa perspectiva, é possível observar que o nexo entre trabalho e saúde é coeso, configurando-se como uma área de estudos importante. Pois quanto mais saudável o trabalhador, mais produtivo ele se torna. Assim, a relação trabalhador/empregador já passou por diversas estruturas durante a história e culminou em uma parceria. Chiavenato (2003)

salienta que há uma imprevisibilidade e incerteza, logo, para sobreviver num meio tão competitivo e volátil, é necessário garantir as parcerias, que é o modo mais seguro para se fortalecer.

Chiavenato (2003) faz uma relação entre as organizações e os seres vivos. Para ele, uma organização, tal qual um ser vivo, se for saudável, tende a crescer, se multiplicar, gerando novas vidas. Para que isso aconteça, é necessário ter uma boa infraestrutura, tudo o que está relacionado ao capital, tecnologia, etc. e também aos colaboradores.

Nessa perspectiva, é possível fazer uma analogia às ideias dos antigos filósofos gregos, que afirmavam que o que dá poder de movimento ao corpo é a alma. Ora, nesse viés, é possível pensar a organização como um gigante (corpo) que é movimentado pelos seus colaboradores (alma). Ambos se complementando e justificando a existência do outro. Para que haja uma saúde perfeita na empresa é preciso que haja também a Saúde do Trabalhador. Essa preocupação também não é atual, ao contrário, é muito antiga, desde Hipócrates (400 a.C.) que já havia a preocupação com o adoecimento do homem em decorrência de seu trabalho. No entanto, apesar da necessidade de reverter a situação de sofrimento do trabalhador, a introdução das máquinas agravou esse quadro.

As relações entre homens e máquinas são permeadas de contextos que geram desgastes físicos e mentais nas trabalhadoras. Para acompanhar e contabilizar o que ocorre no campo do trabalho e da saúde do trabalhador, em 1955, o movimento sindical do nosso país criou o DIEESE, que é o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Suas pesquisas são publicadas no seu Anuário da Saúde do Trabalhador e servem de base para fundamentar as reivindicações dos trabalhadores brasileiros.

Segundo o Anuário da Saúde do Trabalhador, DIEESE (2015), a atividade econômica de Motorista de ônibus urbano está em décimo oitavo lugar na classificação de vinte atividades econômicas com maior número de afastamentos por doença ocupacional em 2014, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Classificação das 20 ocupações com maior número de afastamentos por doença ocupacional – Brasil, 2014 (em n^{os} absolutos)

OCUPAÇÃO⁽¹⁾	AFASTAMENTOS
Assistente administrativo	5.651
Servente de obras	5.393
Auxiliar de escritório, em geral	5.325
Faxineiro	5.102
Alimentador de linha de produção	4.210
Professor de nível médio no ensino fundamental	4.149
Vigilante	3.901
Vendedor de comércio varejista	3.873
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	3.806
Técnico de enfermagem	3.488
Operador de máquinas fixas, em geral	3.394
Pedreiro	3.245
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira à quarta série)	3.027
Cozinheiro geral	2.982
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	2.823
Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série)	2.475
Trabalhador da manutenção de edificações	2.179
Motorista de ônibus urbano – 18º LUGAR	2.175
Agente comunitário de saúde	2.100
Atendente de lanchonete	1.776
Subtotal (20+)	71.074
Total	180.901

Fonte: MTPS. Rais/ Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Corresponde à família ocupacional

Também ficou em décimo sexto lugar, na classificação de vinte atividades econômicas com maior número de afastamentos por acidentes de trabalho típico, em 2014. Conforme se pode perceber na tabela a seguir:

Tabela 4 – Classificação das 20 ocupações com maior número de afastamentos por acidente de trabalho típico - Brasil, 2014 (em n^{os} absolutos)

OCUPAÇÃO⁽¹⁾	AFASTAMENTOS
Alimentador de linha de produção	15.938
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	12.833
Servente de obras	10.792
Faxineiro	9.113
Pedreiro	7.225
Vendedor de comércio varejista	7.621
Auxiliar de escritório, em geral	5.655
Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes	4.958
Ajudante de motorista	4.701
Vigilante	4.006
Trabalhador agropecuário em geral	4.393
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	4.399
Cozinheiro geral	4.434
Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar	4.532
Assistente administrativo	4.595
Motorista de ônibus urbano – 16º LUGAR	2.650
Soldador	3.666
Operador de caixa	2.904
Repositor de mercadorias	3.144
Carpinteiro	2.522
Subtotal (20+)	120.081
Total	328.207

Fonte: MTPS. Rais /Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) Corresponde à família ocupacional

Na da Tabela 3, ainda que os valores não foram expressos em percentual de afastamentos em relação ao universo de trabalhadores de cada categoria, o número de afastamentos de motoristas de ônibus é semelhante ao observado entre trabalhadores que fazem manutenção de edificações. Considerando que devem existir mais trabalhadores de manutenção de edificações do que motoristas de ônibus, isso é alarmante. O mesmo raciocínio pode ser aplicado na Tabela 4, em que a diferença na ocorrência de acidentes típicos entre motoristas de ônibus e soldadores perde sentido ao se considerar o número de trabalhadores que devem existir nessas categorias. Pode-se inferir que há um ambiente de risco ocupacional associado ao trabalho do motorista de ônibus urbano que leva ao adoecimento.

Considere-se, nesse sentido, que os fatores materiais de risco para o adoecimento podem ser potencializados por aqueles de natureza imaterial, citado anteriormente. Segundo a Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador (RENAST) (2014), as condições

precárias relacionadas ao trabalho desempenhado no transporte coletivo urbano são a extensa carga de trabalho; o desgaste com o posto de trabalho; ruído acima do tolerável; vibrações intensas; altas temperaturas; posturas forçadas; assédio moral e violência física constante; e os movimentos repetitivos dos membros superiores.

Ficar entre as vinte ocupações com afastamento por doença ocupacional e por acidente de trabalho típico é preocupante porque existe, no Brasil, legislação pertinente aos cuidados com o local de trabalho para evitar adoecimento do trabalhador.

A legislação brasileira considerou a tríade trabalho, meio ambiente e saúde, como base para instituir a RENAST, em 2002, editando a Portaria no 1.679/GM, para implantar ações de saúde do trabalhador articuladas às redes do SUS. A partir daí foi definida a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, em 2005. A RENAST é a estratégia mais importante da Saúde do Trabalhador no SUS, sendo coordenada, hoje, pela Coordenação Geral da Saúde do Trabalhador (CGSAT). (RENAST-ONLINE, 2009).

Na prática, foram instituídos dois Programas na forma de Normas Regulamentadoras (NR), relativas à segurança e medicina do trabalho, sendo o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO-NR7) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR9) obrigatórios nas empresas. O objetivo do PCMSO é realizar cinco exames médicos ocupacionais: admissional, periódico, de mudança de função, de retorno ao trabalho e demissional. O PPRA tem como objetivo preservar a integridade física e mental dos trabalhadores, para tanto, sua aplicação antecipa o reconhecimento, a avaliação e consequentemente o controle da ocorrência de riscos ambientais que existem ou podem vir a existir no ambiente de trabalho (UBERLÂNDIA, 2016).

Sendo assim, para detectar os agentes de risco ocupacional, existe dentro das empresas o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), que funciona com uma equipe de profissionais da saúde que também tem como objetivo proteger a integridade física dos trabalhadores, com caráter preventivo. Esse setor elabora o Mapa de Riscos Ambientais, que é a representação gráfica de um conjunto de fatores presentes nos locais de trabalho capazes de apresentar prejuízo à saúde dos trabalhadores: acidentes e doenças de trabalho (UBERLÂNDIA, 2016).

A elaboração do Mapa de Risco Ambiental é uma das ações do SESMT das empresas, que tem por objetivo:

- i. Conhecer o processo de trabalho no local analisado: os trabalhadores (número, gênero, idade); treinamento: profissional, de segurança e de saúde; jornada; instrumento e materiais de trabalho, atividades exercidas e o ambiente.
- ii. Identificar os riscos existentes no local analisado, conforme classificação específica dos riscos ambientais.
- iii. Identificar as medidas preventivas existentes e sua eficácia: medidas de proteção coletiva; medidas de organização do trabalho; medidas de proteção individual; medidas de higiene e conforto (banheiros, lavatórios, vestiário, armário, bebedouro, refeitório, área de lazer).
- iv. Identificar indicadores de saúde, queixas mais frequentes e comuns entre os trabalhadores expostos aos mesmos riscos, acidentes de trabalho ocorridos, doenças profissionais diagnosticadas, causas mais frequentes de ausência ao trabalho.
- v. Conhecer os levantamentos ambientais já realizados no local.

Na perspectiva da Legislação Brasileira descrita acima é possível a manutenção da saúde do indivíduo com ações de prevenção. Porém, o que se verifica hoje, considerando os números expostos nessa pesquisa, é a falta de compromisso da classe patronal em cumprir o seu papel. Quando abordados sobre o índice de adoecimento dos seus empregados, a classe patronal tem dificuldade em abrir espaço para pesquisas acadêmicas que podem contribuir para melhorar a relação entre trabalho e saúde. Embora o movimento sindical tenha a prerrogativa de participar, no que se refere à estrutura organizacional do trabalho e Saúde do Trabalhador, essa negociação não tem avançado ou avança a passos lentos.

Tendo em vista o exposto, o próximo capítulo contém o contexto do adoecimento das motoristas e cobradoras do transporte coletivo de Uberlândia-MG.

4. COMPARAÇÃO DO ADOECIMENTO ENTRE OS GÊNEROS

Ao comparar o adoecimento entre os gêneros deve-se partir da premissa de que o processo de adoecimento da trabalhadora, em alguns momentos, é considerado como próprio do gênero feminino, ignorando a sua relação com seu trabalho. Segundo Hirata (1997), “[...] estarão duplamente agravados pela conjunção da precariedade do emprego com as formas recentes de intensificação do trabalho impostas pelas novas tecnologias e processos produtivos”. Em outras palavras, mesmo assumindo profissões que são socialmente reconhecidas como do gênero masculino o adoecimento feminino ainda não foi contemplado com um conceito de saúde ampliado que leva em conta o seu adoecimento no trabalho.

Na análise dos dados pertinentes ao adoecimento das motoristas e cobradoras do transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG, sendo o foco a comparação com os dados do adoecimento do gênero masculino na mesma função, procuramos identificar nos dados tabulados pelas empresas as doenças que geram afastamento do trabalho. Entretanto, as empresas não ofereceram informações separadas sobre motoristas e cobradoras/es, o que não permitiu identificar o adoecimento dos dois gêneros em cada profissão. Mas, foi de grande valor realizar a pesquisa para conhecer a situação de saúde dessas profissionais.

4.1 Transporte Coletivo em Uberlândia

A cidade de Uberlândia, município do estado de Minas Gerais, que é o local de investidora da pesquisa, tem uma população de 604.013 habitantes, segundo o IBGE (2010), e apresenta diversos problemas ambientais, como os agentes de risco ocupacional descritos anteriormente, o que colabora para a precarização das condições de trabalho das motoristas e cobradoras desse município.

Atualmente, o transporte coletivo urbano desta cidade é operado por três empresas concessionárias e gerido pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SETTRAN), na forma de Sistema Integrado de Transporte (SIT). Este sistema foi implantado em 09 de setembro de 2006, com o corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila. Este tem a extensão de 7,50 km sentido centro-bairro e 7,50 no sentido bairro-centro, totalizando 15,00 km. Possui 13 estações no canteiro central, 03 estações de transferência e 04 estações com elevador para Pessoas Portadoras de Deficiência Física Cadeirante. Na cidade, são 05 terminais, sendo um

central, e a bilheteria deste é eletrônica conforme dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia (2016).

Com relação às profissões de motorista e cobrador, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2016), informa a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): o cobrador é 5112-15 e o motorista é 7824-10, não havendo CBO específico para diferenciar gênero. A categoria participa do movimento sindical através do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Uberlândia (SINTTRUB) (2016), que é uma entidade sindical laboral de 1º grau, fundada em 14/08/2007 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 19/09/2013 como representante legal da categoria dos trabalhadores em empresas de transporte coletivo urbano de passageiros do município de Uberlândia. Também é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

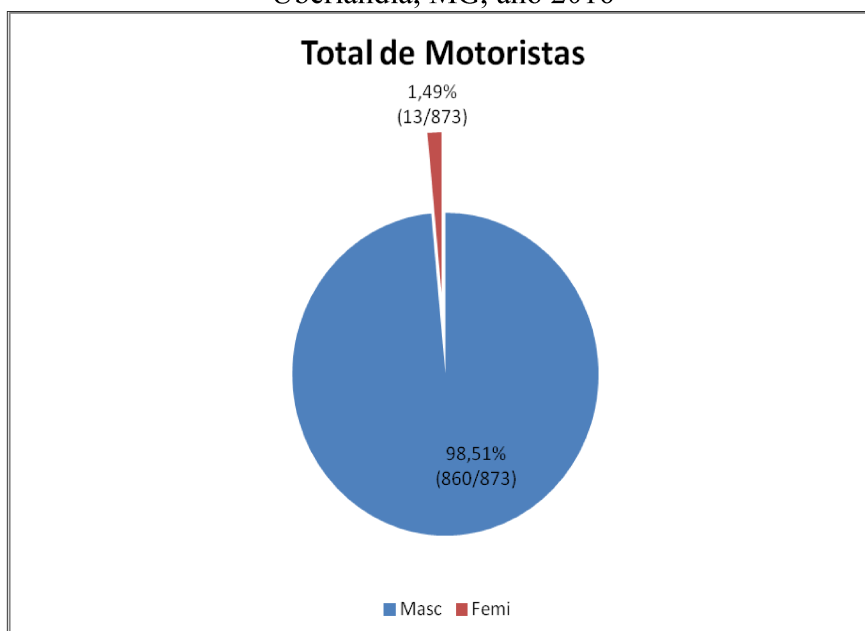
Quando são oferecidas vagas, os anúncios de emprego para cobradoras descrevem a atividade a ser realizada da seguinte maneira: manusear dinheiro para realizar cobrança de passagens e calcular o troco. Quando a vaga é para motorista, não tem descrição da atividade, mas, sim, a exigência de habilitação D e já ter feito o curso de transporte coletivo de passageiros. Para as duas funções exigem disponibilidade para trabalhar em turnos e escalas (MTE, 2016; SINE, 2016).

Para as escalas de trabalho referentes a essas vagas existem os funcionários que serão escalados para fazer a chamada dupla-pegada, ou seja, trabalham somente nos horários de pico, cumprem parte da carga horária no início da manhã e o restante no horário de almoço; ou trabalham algumas horas no horário de almoço e completam a carga horária no final da tarde. A folga é uma vez por semana e a maioria dos motoristas a recebem no sábado ou no domingo (TAVARES, 2010).

As empresas contratam motoristas e cobradores do gênero feminino, abrindo espaço para a atuação delas nessas profissões reconhecidas socialmente como do gênero masculino. Segundo a coordenação do CEREST-Uberlândia (2016), o Presidente do SINTTRUB informou, em maio desse ano, que o sistema de transporte coletivo tem, na ativa, um total de 873 motoristas, sendo 13 do gênero feminino. Na função de cobradores, há um total de 856, sendo 414 do gênero feminino. Estes dados foram coletados pelo sindicato, em abril de 2016, por meio da contribuição sindical.

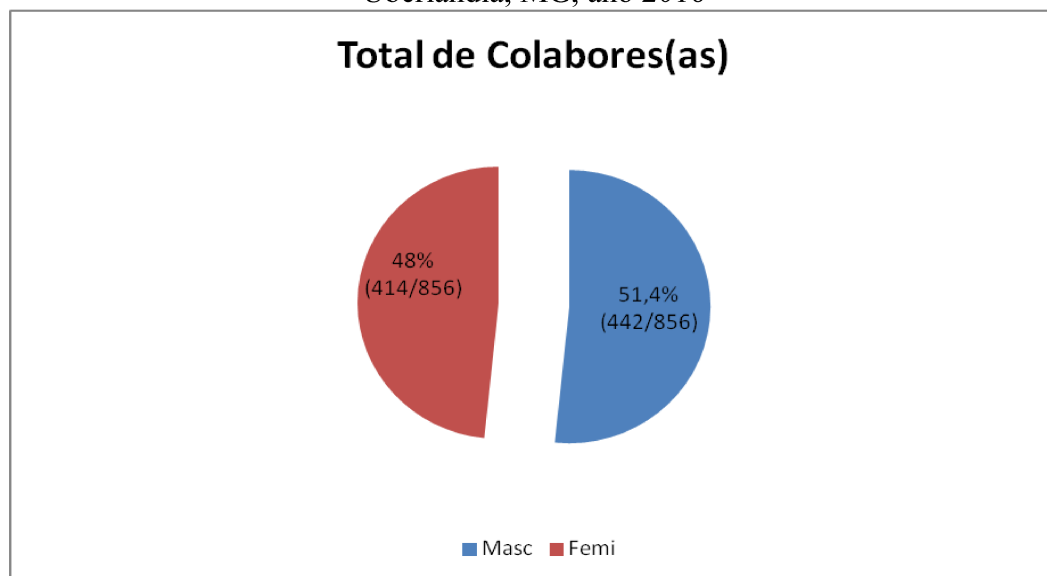
Nos dois gráficos abaixo, verifica-se em termos percentuais que 13 motoristas do gênero feminino significam 1,49% do total, e no cargo de cobradora são 414 mulheres, o que representa 48,36%. Com relação ao total geral de 1729, somando os dois cargos, 23,94% dos trabalhadores são do gênero feminino, isso mostra que, no geral, não existe diferença entre os gêneros nas contratações, exceto para o cargo de motorista. Desse modo, verificamos também que, para o cargo que requer formação profissional específica, como o de motorista, o gênero feminino ainda não é representativo, como se observa na Figura 2, ao contrário do que se percebe para o cargo de cobrador/a, que não requer formação específica, como se pode verificar a seguir, na Figura 3:

Figura 2 – Gráfico com o total de motoristas, por gênero, no Transporte Coletivo Urbano de Uberlândia, MG, ano 2016



Fonte: CEREST – Uberlândia, 2016.

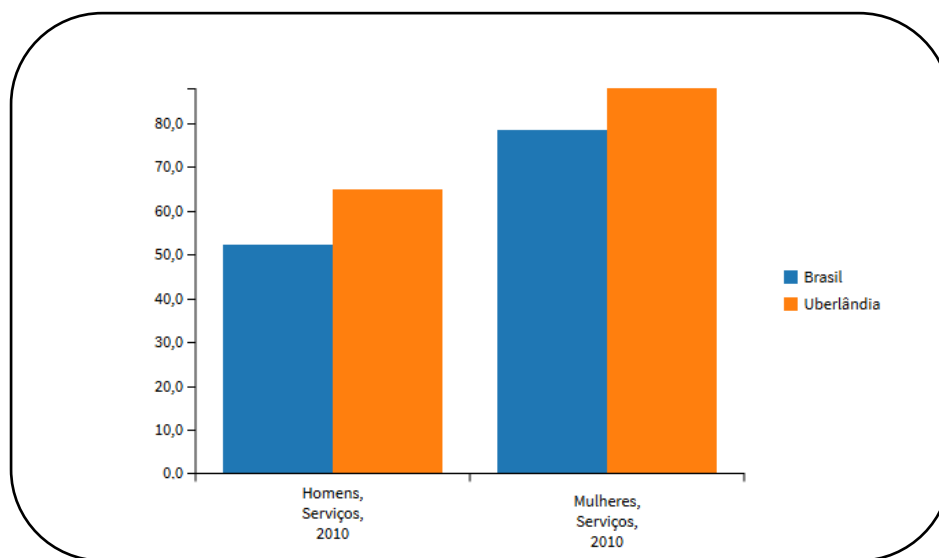
Figura 3 – Gráfico com o total de Cobradores, por gênero, no Transporte Coletivo Urbano de Uberlândia, MG, ano 2016



Fonte: CEREST – Uberlândia, 2016.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de ocupação do setor de serviços pelo gênero feminino em Uberlândia, comparado aos dados nacionais. Nesse setor, geralmente se emprega um número maior de pessoas de baixa escolaridade, e, logicamente, com salários menores, onde está inserido o transporte coletivo. Em Uberlândia, o percentual de trabalhadoras no setor é semelhante ao observado no Brasil. Então, é plausível considerar que os achados neste trabalho podem ser extrapolados para todo o Brasil, salvo situações específicas de natureza qualitativa.

Figura 4 – Gráfico com o percentual de ocupação do setor de serviço, gênero feminino em Uberlândia, comparado ao Brasil



Fonte: IBGE, 2010.

4.2 Escolaridade

Gênero Feminino

A faixa etária dessas trabalhadoras está entre 22 anos e 56 anos. A escolaridade também é bastante distinta, 58% das motoristas têm o ensino fundamental completo; 39% possuem o ensino fundamental incompleto e somente 3% comprovam a conclusão do ensino médio. Já no labor de cobradora, a maioria tem ensino médio completo (97%) e 3% cursam ensino superior.

Gênero Masculino

A faixa etária desses trabalhadores está entre 18 e 52 anos. A escolaridade também é bastante distinta, 65% dos motoristas têm o ensino fundamental completo; 34% o ensino fundamental incompleto e somente 1% comprovam a conclusão do ensino médio. Já no labor do cobrador, a maioria tem ensino médio completo (72%); 27% ensino médio incompleto e 1% cursam ensino superior.

A comparação entre gêneros está nas Tabelas 05 e 06.

Tabela 5 – Escolaridade Motoristas

Escolaridade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental Completo	65%	58%
Ensino Fundamental Incompleto	34%	39%
Ensino Médio Concluído	1%	3%
Ensino Superior		
TOTAL	100%	100%

Fonte: pesquisa do autor.

Tabela 6 - Escolaridade Cobradores/as

Escolaridade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental Completo	-	-
Ensino Fundamental Incompleto	-	-
Ensino Médio Concluído	72%	97%
Ensino Médio Incompleto	27%	
Ensino Superior	1%	3%
TOTAL	100%	100%

Fonte: pesquisa do autor.

Mesmo que as empresas de transporte coletivo declarem que é exigido pelo menos o ensino fundamental completo, na prática, quando se lê nos anúncios de vagas de emprego para motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano, independente do gênero, não há exigência de escolaridade.

Os dados indicam que a escolaridade não está relacionada ao gênero, mas à ocupação, pois tanto entre os homens quanto entre as mulheres, os cobradores/as têm mais anos de estudo.

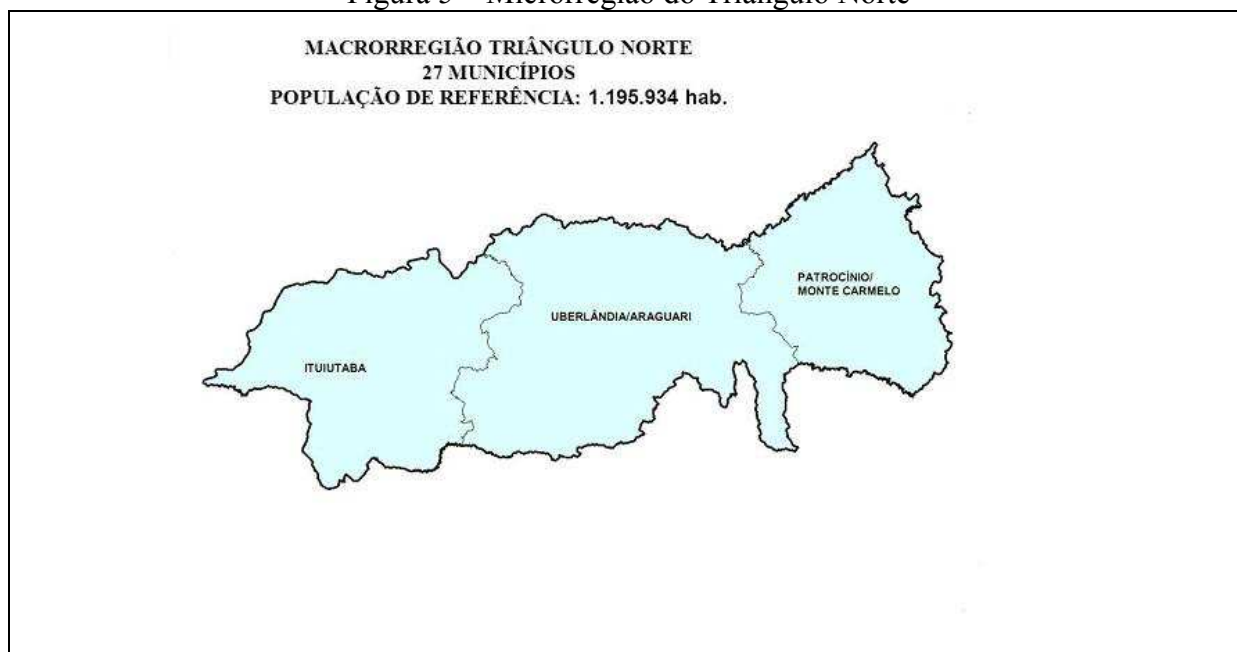
4.3 Saúde do Trabalhador em Uberlândia-MG

A cidade de Uberlândia possui um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-CEREST, coordenado pela RENAST, desde 2009, e sua área de abrangência é sobre trinta Municípios de três Microrregiões, conforme determinado pelo SUS:

O órgão que fiscaliza o cumprimento da RN-9 e da RN-7 é o CEREST, que é o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Ele é uma Unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) especializada na atenção a problemas de saúde relacionadas ao trabalho, está presente nos Estados, dividido em CERESTs Regionais que funcionam em diferentes municípios como referência para as ações de saúde do trabalhador na região onde se localizam. Em Minas Gerais são dezesseis, que funcionam em Microrregiões com abrangência sobre Municípios. Esta instituição é coordenada pelo RENAST, que foi instituído pela Portaria nº 2.728/2009, norma que dispõe sobre suas atribuições pois é o órgão que financia o sistema. Sendo assim, os dois órgãos são responsáveis pela intervenção nas relações entre Trabalho e Saúde. (RENASTONLINE, 2009).

Sendo assim, a atuação do CEREST-Uberlândia abrange a Microrregião do Triângulo Norte, composto por vinte e sete municípios conforme a Figura 5 e a Tabela 7 abaixo:

Figura 5 – Microrregião do Triângulo Norte



Fonte: DATASUS, 2014 (acesso em 7/8/2014).

Tabela 7: Microrregião do Triângulo Norte

1-Microrregião Uberlândia-Araguari
Araguari
Cascalho Rico
Indianópolis
Araporã
Monte Alegre de Minas
Nova Ponte
Prata
Tupaciguara
Uberlândia
2. Microrregião de Ituiutaba
Campina Verde
Canápolis
Capinópolis
Ituiutaba
Cachoeira Dourada
Centralina
Gurinhata
Ipiacu
Santa Vitória
3. Microrregião Patrocínio – Monte Carmelo
Douradoquara
Estrela do Sul
Grupiara
Iraí de Minas
Monte Carmelo
Romaria
Coromandel
Patrocínio
Abadia dos Dourados
Cruzeiro da Fortaleza
Guimarânia
Serra do Salitre

Fonte: CEREST-Uberlândia (2016).

A atuação do CEREST-Uberlândia gira em torno da promoção de orientações quanto à saúde e direitos do trabalhador, ações de vigilância em ambientes de trabalho, revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho; assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.

Embora o CEREST seja um serviço especializado em Saúde do Trabalhador, ele não é porta de entrada para atendimento médico. Todos os serviços do SUS, como Estratégia de Saúde Família (ESF), Unidade de Atendimento Integrado (UAI), Centro de Atendimento Psico-Social (CAPS) e Hospitais Públicos, desenvolvem ações de atenção à saúde do trabalhador, ou seja, o usuário já é atendido nesses serviços, podendo ser ou não um trabalhador. Então, a função do CEREST, segundo o RENAST, é dar suporte técnico para esses serviços, quando necessário (RENASTONLINE, 2009).

Assim, a atuação dos dois órgãos, CEREST e RENAST, se articula com a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST). As estratégias de intervenções são sobre os ambientes e processos de trabalho nocivos à saúde.

Segundo o CEREST-Uberlândia, no caso dos agentes de risco ocupacional do transporte coletivo, eles são, no geral:

Tabela 8 – Agentes de risco ocupacional do transporte coletivo

AGENTES FÍSICOS	CONSEQUÊNCIAS
Ruído	Cansaço, irritação, dores de cabeça, diminuição da audição, aumento da pressão arterial, problemas do aparelho digestivo, taquicardia e perigo de infarto.
Vibrações	Cansaço, irritação, dores dos membros, dores na coluna, doença do movimento, artrite, problemas digestivos, lesões ósseas, lesões dos tecidos moles, lesões circulatórias, etc.
Calor	Taquicardia, aumento da pulsação, cansaço, irritação, choques térmicos, fadiga térmica, perturbações das funções digestivas, hipertensão.

Fonte: CEREST-Uberlândia (2016).

O ambiente público em que as profissionais, motoristas e cobradoras, do transporte coletivo urbano, realizam suas atividades as expõe a situações adversas. Na tabulação de condições precárias relacionadas ao trabalho desempenhado no transporte coletivo urbano, segundo a RENAST (2014), estão: a extensa carga de trabalho; o desgaste com o posto de trabalho; o alto nível de ruído, a quantidade de vibrações; as altas temperaturas; as posturas forçadas; assédio moral constante e violência física; e os movimentos repetitivos dos

membros superiores. Isso gera perda auditiva total ou parcial; estresse; taquicardia; doenças relacionadas à coluna cervical, ombros, tendões, entre outros. No caso do gênero feminino, acrescenta-se o fato do desconforto nos dois postos de trabalho, das motoristas e cobradoras, em veículos construídos para o gênero masculino, que desconsideram, por exemplo, os seios das trabalhadoras. Portanto, é necessário ampliar a discussão sobre a prevenção do adoecimento físico e mental dessas trabalhadoras. Além disso, fiscalizar a execução das NR7 (PCMSO) e RN9 (PPRA), citados anteriormente, dentro das Empresas. Porém, as ações citadas precisam contar com a adesão e a participação efetiva do Sindicato da categoria.

Com relação às condições sanitárias, segundo reportagem do site G1 Triângulo Mineiro-Uberlândia (2016), “O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou uma ação contra a Prefeitura de Uberlândia e as três concessionárias do transporte urbano coletivo da cidade após detectar irregularidades nas condições sanitárias oferecidas aos trabalhadores do setor”. Na apuração dos fatos, pelo MPT, foi detectado que as concessionárias não providenciaram instalações sanitárias para os motoristas e cobradores. Portanto, os profissionais do transporte coletivo dependem de favor dos comerciantes próximos dos pontos de ônibus, para utilizar suas instalações. Nesses locais, segundo o procurador do Trabalho em Uberlândia, entrevistado na reportagem, o banheiro não tem garantia de higienização e funciona no horário comercial. Algum ponto de ônibus não tem bebedouro, água potável disponível, banheiro e local para alimentação. Assim os motoristas e cobradores se alimentam em bancos de praças. Como a Administração Municipal é responsável pela gestão na organização das linhas de ônibus, foi incluída como réu da ação civil pública.

Para efetivar as estratégias, foram editadas Portarias e Manuais pelo Ministério da Saúde (MS), construindo e publicando os protocolos de notificação de agravos. Outra estratégia, nesse contexto, é a formação profissional dos trabalhadores da saúde, em Saúde do Trabalhador, em todos os níveis, dentro da hierarquização, atenção básica, média e alta complexidade, de atendimento do SUS, para que obtenham o entendimento do trabalho como fator capaz de provocar agravos na saúde, como apontam Lacaz (2010) e Santos (2010).

4.4 Resultados

Para atingir o objetivo de descrever a situação de saúde das motoristas e cobradoras em comparação com o adoecimento do gênero masculino, como foi dito anteriormente, estudou-se todos os CIDs a partir da coleta de dados relativos às doenças que geram

afastamentos do trabalho. Os dados foram oferecidos pelas três empresas do transporte coletivo, já tabulados pelas mesmas. Assim foi possível comparar o adoecimento do gênero feminino como o do gênero masculino. No entanto, como os dados não estavam separados por profissão, em cada gênero, não foi possível fazer esta comparação.

4.4.1 Adoecimento do gênero feminino

Como relatado anteriormente, atualmente, em Uberlândia, a quantidade de indivíduos do gênero feminino que atua no trabalho do transporte coletivo urbano é de 13 motoristas e 414 cobradoras, distribuídas em três empresas da cidade que, nesta pesquisa, são identificadas como Empresa 1; Empresa 2 e Empresa 3. Na Empresa 1, a quantidade de mulheres que laboram no transporte coletivo urbano é de cinco motoristas e 127 cobradoras. Na Empresa 2, o número de motoristas se constitui de três mulheres e 141 cobradoras. Na Empresa 3, são cinco motoristas e 146 cobradoras.

O adoecimento dessas trabalhadoras pode ser melhor explicado e visualizado por meio da Tabela 9, a seguir, que apresenta o CID, dias de afastamento e quantidade de atestados e percentuais:

Tabela 9 – Relação de CID do gênero feminino, motoristas e cobradoras, do transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG

CID	Dias de afastamento	Quantidade de atestados médicos	Percentual em relação ao contingente de trabalhadoras
Tendinite (M65.2)	30-120	34	7,97%
Hipertensão arterial (I10.-)	20-30	28	6,56%
Doença renal hipertensiva ou nefrosclerose (I12)	30-90	28	6,56%
Labirintite (H83.0)	20	22	5,16%
Perda Auditiva Induzida por Ruído (Pair) (H83.3)	30-60	22	5,16%
Sensação de estar acabado (síndrome de <i>burn-out</i> g, síndrome do esgotamento profissional) (Z73.0) e ritmo de trabalho penoso (Z56.3)	30-90	19	4,45%
Dor lombar baixa (M54.5)	30	13	3,05%
Episódios depressivos (F32.-)	30-90	5	1,18%
Estado de estresse pós-traumático (F43.1)	30-90	5	1,18%
Neurastenia (inclui síndrome de fadiga) (F48.0)	30-90	5	1,18%
Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional) (F48.8)	30-90	5	1,18%
Dengue (dengue clássico) (A90.-)	20	3	0,71%
Anemia aplástica não-especificada (D61.9)	30	1	0,25%
Neoplasia de mama maligna não especificada (C50.9)	425	1	0,25%
TOTAL		191	44,84%

Fonte: Empresas Concessionárias do Transporte coletivo de Uberlândia-MG. Período de janeiro a agosto de 2016. Acesso em setembro de 2016.

A doença principal, do gênero feminino, que gera atestado para afastamentos, é a Tendinite calcificada (M65.2) com percentual de 7,97%. No gênero masculino, essa doença aparece em décimo lugar, com percentual de 1,01%.

Sendo assim, observando os percentuais de cada gênero, vale lembrar que o gênero feminino, em comparação com o gênero masculino, tem dupla (por vezes, tripla) carga horária de trabalho. Porém, segundo Carloto,

[...] É preciso tomar cuidado com a relação que se faz entre dupla jornada de trabalho das mulheres e seu processo de adoecimento. A dupla jornada contribui pela sobrecarga de trabalho para o agravamento das doenças, mas estas surgem, fundamentalmente, em razão das condições de trabalho. Há inúmeros casos de LER entre mulheres que não possuem afazeres domésticos. Há exemplos também de homens que adquirem LER, quando submetidos às mesmas condições de trabalho que provocaram LER em mulheres. (CARLOTO, 2003).

Nesse caso há de se comparar também com outras profissões, como da área de limpeza. Ainda segundo Carloto,

Existe uma demanda grande de mulheres que trabalham na área da limpeza. São mulheres com idade entre 30 e 50 anos, e que trazem muitos problemas de saúde que se juntam os outros problemas, como menopausa. As queixas predominantes são de tendinite, dores na coluna [...]. (CARLOTO, 2003).

Portanto, diante do exposto, fica evidente que as condições de trabalho colocam as profissionais, motorista e cobradoras, do transporte coletivo de Uberlândia, no quadro de portadoras de doença ocupacional.

4.4.2 Adoecimento do gênero masculino

De acordo com as informações prestadas pelas empresas do transporte coletivo de Uberlândia, a quantidade de indivíduos do gênero masculino que atuam no trabalho do transporte coletivo urbano é de 887 motoristas e 496 cobradores, distribuídos em três empresas da cidade que, nesta pesquisa, serão identificadas como Empresa 1; Empresa 2 e Empresa 3. Na Empresa 1, a quantidade de homens que laboram no transporte coletivo urbano é de 305 motoristas e 293 cobradores. Na Empresa 2, o número de motoristas se constitui de 287 homens e 104 cobradores. Na Empresa 3, são 295 motoristas e 99 cobradores.

Assim como para o gênero feminino, o adoecimento dos trabalhadores do gênero masculino pode ser melhor explicado e visualizado por meio da Tabela 10, a seguir, que apresenta o CID, dias de afastamento, quantidade de atestados e percentuais:

Tabela 10 – Relação do CID do gênero masculino, motoristas e cobradores, do transporte coletivo urbano de Uberlândia-MG

CID	Dias de afastamento	Quantidade de atestados médicos	Percentual em relação ao contingente de trabalhadores
Dor lombar baixa (M54.5)	30	312	22,56%
Hipertensão arterial (I10.-)	20-30	260	18,8%
Episódios depressivos (F32.-)	30-90	220	15,9%
Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional) (F48.8)	30-90	196	14,17%
Estado de estresse pós-traumático (F43.1)	30-90	150	10,84%
Sensação de estar acabado (síndrome de <i>burn-out</i> g, síndrome do esgotamento profissional) (Z73.0) e ritmo de trabalho penoso (Z56.3)	30-90	68	4,92%
Doença renal hipertensiva ou nefrosclerose (I12)	30-90	30	2,17%
Labirintite (H83.0)	20	29	2,1%
Influenza (gripe) com pneumonia, devida a vírus não identificado (J11.0)	40	22	1,59%
Tendinite (M65.2)	30-120	14	1,01%
Neoplasia maligna da próstata (C61)	440	8	0,58%
Dengue (dengue clássico) (A90.-)	20	5	0,37%
Perda Auditiva Induzida por Ruído (Pair) (H83.3)	30-60	4	0,29%
Neurastenia (inclui síndrome de fadiga) (F48.0)	30-90	1	0,07%
Infarto agudo do miocárdio (I21)	90	1	0,07%
Degeneração miocárdica (I51.5)	180	1	0,07%
TOTAL	X	1.321	95,51

Fonte: Empresas Concessionárias do Transporte coletivo de Uberlândia-MG. Período de janeiro a agosto de 2016. Acesso em setembro de 2016.

A doença principal, do gênero masculino, que gera atestado para afastamentos é a Dor lombar baixa (M54.5), com percentual de 22,56%. No gênero feminino, essa doença aparece em sétimo lugar, com percentual de 3,05%.

Para Helfenstein Junior (2010), “Os fatores causais mais diretamente relacionados com as lombalgias ocupacionais são os mecânicos, os posturais, os traumáticos e os psicossociais”. Assim, a Dor Lombar, doença dos profissionais do Transporte Coletivo de Uberlândia também é consequência das condições de trabalho. Essa doença surge, segundo De Vitta e colaboradores

Por pressões internas destacam-se as condições ergonômicas do veículo: posição do motor, precariedade mecânica, ruídos e vibrações. Outros fatores são os biomecânicos, relativos à postura sentada. Esse tipo de postura gera alterações nas estruturas musculoesqueléticas da coluna lombar (aumento da pressão interna no núcleo do disco intervertebral, estiramento dos ligamentos, pequenas articulações e nervos). (DE VITTA, 2014).

Portanto, fica evidente, diante do exposto com relação a doenças principais dos dois gêneros, Tendinite e Dor lombar baixa, a necessidade de uma intervenção preventiva por parte das empresas contratantes com relação às condições ergonômicas do veículo para evitar o adoecimento musculoesquelético dos profissionais.

Merece destaque também, o fato de que a Hipertensão Arterial (CID II0) é a doença que está em segundo lugar para os dois gêneros. A mulher tem 6,56% e o homem com 18,8% de afastamento.

Com relação à Hipertensão Arterial, em sua pesquisa, Carvalho (2007) cita: “Cordeiro et al (1993), já confirmavam em sua pesquisa uma associação entre tempo acumulado de trabalho e elevação da pressão arterial diastólica entre motoristas e cobradores de ônibus”.

4.4.3 Transtornos Mentais

Os transtornos mentais que ocorrem no gênero feminino são quatro e cada uma ocorre em percentual de 1,17% das trabalhadoras. As que ocorrem no homem são três, porém cada uma apresenta percentual diferente e maior do que o das mulheres. Em comum eles apresentam os Episódios depressivos (F32.-) como transtorno principal. As Tabelas 11 e 12 resumem os diagnósticos.

Tabela 11 – Uberlândia (MG), Transtornos Mentais do gênero feminino, motoristas e cobradoras, 2016

CID	Dias de afastamento	Quantidade de atestado médico	Percentual em relação ao contingente de trabalhadores
Episódios depressivos (F32.-)	30-90	5	1,17%
Estado de estresse pós-traumático (F43.1)	30-90	5	1,17%
Neurastenia (inclui síndrome de fadiga) (F48.0)	30-90	5	1,17%
Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional) (F48.8)	30-90	5	1,17%

Tabela 12 – Uberlândia (MG), Transtornos Mentais do gênero masculino, motorista e cobradores, 2016

CID	Dias de afastamento	Quantidade de atestado médico	Percentual em relação ao contingente de trabalhadores
Episódios depressivos (F32.-)	30-90	220	16,90%
Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional) (F48.8)	30-90	196	15,05%
Estado de estresse pós-traumático (F43.1)	30-90	150	11,52%

Pode-se, neste caso, inferir que os transtornos mentais que ocorrem em ambos os gêneros podem sofrer influência da situação do trânsito caótico; o relacionamento dos motoristas e cobradores de ônibus com os passageiros (agressões físicas e verbais, por exemplo); com fiscais; outros motoristas e cobradores colegas de trabalho. Soma-se a isso a precariedade da estrutura organizacional do trabalho. Porém, não foi possível distinguir se afeta mais a motorista ou a cobradora porque os dados tabulados pelas empresas não continham esta separação.

A título de esclarecimento, é necessário relatar que qualquer transtorno mental tem componente orgânico e não orgânico (afetivo, emocional). Se o não orgânico tem uma grande importância na gênese do estado psíquico, espera-se que a manifestação seja mais frequente

na mulher. Porém não é o que ocorre com os profissionais do transporte coletivo de Uberlândia, onde o gênero masculino apresenta percentual maior de Episódios depressivos (F32.-) do que do gênero feminino, conforme se observa nas Tabelas 11 e 12. Segundo Silva (2011), há estudos epidemiológicos, que indicam que pelo menos 20% das mulheres e 12% dos homens apresentam, em algum momento, episódios de transtornos depressivos. Nesse sentido, o trabalho da autora confirma que os dados analisados neste trabalho mostram uma inversão.

Ainda segundo Silva (2011), relacionando a depressão com doença ocupacional, de acordo com OMS, no ano 2000, a depressão foi a principal causa de incapacidade no mundo avaliada pelo índice de anos vividos com incapacidade (AVIs) e a quarta causa de perda de dias de produção.

Embora pesquisas como a da autora citada acima indicam que o adoecimento do trabalhador, gera prejuízo para a empresa contratante, a classe patronal ainda tem dificuldades de promover ações preventivas.

O que chama a atenção no contexto da comparação dos dados entre os dois gêneros é que o masculino adoece mais, considerando o número de atestados e os percentuais em relação ao contingente de trabalhadores. A princípio, o que se pode inferir é que o gênero feminino, com carga horária semanal de trabalho maior que o gênero masculino (IBGE, 2013), estaria mais adoecido, porque está exercendo uma profissão considerada masculina, já que o veículo é construído para este gênero. Além disso, vale ressaltar a dupla (ou tripla) jornada e as responsabilidades com dependentes (filhos e pais idosos), gerando a obrigação de estar apta para poder suprir necessidades da família e dependentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve início com a perspectiva de realizar entrevistas com as trabalhadoras e o acesso ao local do banco de dados das empresas, associando a metodologia qualitativa com a quantitativa. Porém, a negativa das três empresas do transporte coletivo para estas duas solicitações reduziu a pesquisa à metodologia quantitativa, o que implicou em conhecer a situação de adoecimento do gênero feminino na profissão de motorista e cobradora na perspectiva dos dados tabulados pelas próprias empresas do transporte coletivo. Porém, isso não desqualifica os resultados, considerando que esse tema poderá ser discutido futuramente em outras pesquisas acadêmicas.

Ressalta-se que, embora os dados tenham sido tabulados pelas próprias empresas, esta pesquisa possibilita que se crie um espaço, dentro do CEREST-Uberlândia e do Sindicato da categoria, para criação de um banco de dados nestes órgãos, sobre essas trabalhadoras, o qual poderá no futuro, ser atualizado sob nova condição, como transparência e acesso ao banco de dados das empresas de ônibus.

Dentro desse universo escolhido (trabalho no transporte coletivo urbano), torna-se urgente que a cultura estabelecida deve ser seja redefinida em um novo campo de oportunidades para o gênero feminino, com o intuito de estabelecer convenções preparadas para sobrepujar sua condição de desigualdade. Esta é uma tarefa que pode ser fortalecida com mais pesquisas sobre gênero.

A importância de se tratar deste assunto fundamenta-se na necessidade de se estabelecer Políticas Públicas brasileiras dentro da perspectiva de gênero, às quais deve-se creditar a abrangência dos processos de socialização para homens e mulheres, pois, assim, os resultados se tornarão evidentes nas relações individual e coletiva.

Vislumbra-se a necessidade de mais pesquisas na área de Saúde do Trabalhador para minimizar o índice de adoecimento das profissionais do transporte coletivo, equilibrando a relação entre trabalho e saúde. Para tanto, é preciso liberar o acesso aos dados que são de domínio público em órgãos públicos, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Considerando que o risco não é só para a motorista e a cobradora, mas também para os indivíduos que circulam no trânsito urbano e os usuários do serviço de transporte coletivo,

deve haver fiscalização efetiva na aplicação das Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador, pois as ações estão intrinsicamente relacionadas à saúde coletiva.

No caso de Uberlândia, como citado anteriormente, a categoria participa do movimento sindical através do SINTTRUB, que é uma entidade sindical laboral de 1º grau, fundada em 14/08/2007, reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 19/09/2013 como representante legal da categoria dos trabalhadores em empresas de transporte coletivo urbano de passageiros do município de Uberlândia. Filiado à CNTTL e à CUT, este sindicato participa ativamente do movimento sindical na cidade e a nível nacional.

Na análise dos dados tabulados pelas empresas, verifica-se que, no transporte coletivo de Uberlândia, o gênero feminino adoece menos. Esta constatação merece mais pesquisas no futuro, com dados colhidos em outras condições. Em linhas gerais, uma questão que pode ser pesquisada com relação ao gênero masculino é se o homem procura menos o serviço médico preventivamente, por questão cultural, o que resulta em um número maior de atestados/afastamento. A partir dessa primeira interrogação outras surgirão.

A empresa deve oferecer Educação Continuada, dentro da carga horária de trabalho, com temas do interesse dos dois seguimentos, patrão e empregado, como: relações interpessoais com o público e colegas de trabalho, matemática financeira (para as cobradoras), cuidados na direção (para motoristas) e outros. Não se sabe se esta ação está acontecendo porque as empresas não informaram sobre a mesma, mas vale lembrá-las neste trabalho.

Merece destaque, dadas as análises apresentadas ao longo desta pesquisa, o fato de que, no processo de elaboração do projeto para implantação do sistema em 2006, as necessidades do trabalhador, como banheiros e refeitório nos terminais, não foram consideradas. São, portanto, dez anos de precarização das condições de trabalho, fator de adoecimento do trabalhador. Considerando que durante este período aconteceram várias reuniões de negociação salarial da categoria com a classe patronal, nas quais garantiram, inclusive, o benefício do vale alimentação, pode-se inferir que os temas condições de trabalho e saúde do trabalhador estão colocados em discussão, porém as ações ainda são tímidas.

No caso de novas pesquisas, é necessário separar os dados de adoecimento de motoristas e cobradoras para pesquisas específicas e garantir o acesso às funcionárias, para realizar entrevistas, possibilitando discutir a igualdade para o gênero feminino no mercado de trabalho e consequente equilíbrio social. Isso porque, como foi citado, a realidade da trabalhadora melhorou, mas carece de atenção das políticas públicas para garantir a isonomia

entre os sexos nos setores profissionais e econômicos. Assim, esperamos, com a conclusão deste trabalho fomentar, futuramente, estudos em relação à precarização do trabalho feminino.

Finalmente, nos percalços pertinentes a qualquer pesquisa, os objetivos iniciais foram modificando, mas o que ficou claro foi a falta de pesquisa em gênero e em Saúde do Trabalhador na área de transporte coletivo.

Ao dissertar-se sobre os agentes de risco ocupacional que resultam na precarização do trabalho e adoecimento do gênero feminino, foram envolvidas as informações coletadas no CEREST-Uberlândia e nas Empresas do Transporte Coletivo. Na contextualização das políticas públicas que envolvem a temática, obtivemos conclusões precisas sobre os caminhos que devem ser percorridos rumo ao estabelecimento de mudanças na forma de organização do trabalho e aplicação das Normas Regulamentadoras. Dentro do universo do trabalho no transporte coletivo urbano, o que se conclui é a necessidade de construção de um novo campo de oportunidades para a mulher, no intuito de estabelecer convenções que modifiquem sua condição de desigualdade no exercício de profissões que são majoritariamente exercidas pelo gênero masculino.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, M. et al. **As múltiplas aproximações da relação “saúde, gênero e trabalho”**. Revista do II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde, 1999.

AGOSTINI, M. et al. **As múltiplas aproximações da relação “saúde, gênero e trabalho”**. **Revista do II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde**, Rio de Janeiro, 1999.

ARENDT, H.. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociologia**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

ANTUNES, R.; PRAUN, L.. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0407.pdf> >. Consulta realizada em 23/08/2016.

BALBINOT , A. B.; ZARO, M. A.; TIMM, M. I.. Funções psicológicas e cognitivas presentes no ato de dirigir e sua importância para os motoristas no trânsito. **Ciências & Cognição**, v. 16, n. 2, p. 013-029, 2011.

BRASIL. IBGE. **IBGE divulga indicadores sociais sobre a mulher**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/07032002mulher.shtm>>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Área Técnica de Saúde do Trabalhador Saúde do trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Lei Nº 9.799, de 26 de Maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9799.htm>. Consulta realizada em 19/07/2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação**. Brasília: Ed.Da UNB Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/05educsocietrab.pdf>>. Consulta realizada em 22/08/2016.

BREGOLIN, E.; Os riscos de acidentes do trabalho na indústria de cadernos e a modernização das máquinas e equipamentos. In: MARTINS, M. S. et. al. (Org). **Segurança do trabalho: Estudos de casos nas áreas agrícola, ambiental, construção civil, elétrica, saúde**. Porto Alegre: SGE, 2010, p.23-44.

BURNS, E. M.. **História da Civilização Ocidental**. Tradução: Lourival Gomes Machado; Lourdes Santos Machado; Leonel Vallandro. 2. ed Rio de Janeiro: Globo. 1974. Disponível em: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/burns-historia-da-civilizacao-ocidental-vol1.pdf>>. Consulta realizada em 01/12/2016.

CAMUS, A.. **O Homem Revoltado**. Tradução: Valerie Rumjanek. 8 ed., Rio de Janeiro: Record, 2010.

CARVALHO, A. L.; VIEIRA, M. A.; FILIPINI S. M. Incidência de hipertensão arterial em motorista profissional de uma empresa de transporte rodoviário de São José dos Campos-SP. In: **Anais XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007**.

CARLOTO, C. M. Adoecimento no trabalho, as mulheres na categoria de asseio e limpeza. Serviço Social em Revista,v. 6, n. 1, 2003.

CHIAVENATO, I... **Gestão de Pessoas**. 2ª edição. Ed. Campus, 2004.

_____. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORTELLA, M. S. Qual é a Tua Obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, E. L. F.. História do Direito: de Roma à história do povo hebreu/muçulmano: a evolução do direito antigo à compreensão pensamento jurídico contemporânea. Belém: Unama, 2007,p.16.

COTRIM, Gilberto. *História para Ensino Médio*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DE VITTA, A.; DE CONTI, M. H. S.; TRIZE, D. M.. Sintomas musculoesqueléticos em motoristas de ônibus: prevalência e fatores associados. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 26, n. 4, p. página 863-871, set./dez. 2013

DIEESE. **Anuário da Saúde do Trabalhador 2015**. Disponível em <http://www.dieese.org.br/anuario/2016/Anuario_Saude_Trabalhador.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016

ENGELS, Friederich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1876. Origem da presente transcrição: edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão, traduzido do espanhol. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Consulta realizada em 19/08/2016.

FERREIRA, A. M. A.. **Discriminação da mulher no mercado de trabalho**. Jus Navigandi. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24024/discriminacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/2>> Acesso em 03/10/2014.

FERREIRA, L. S.; PEIXOTO, N. H.. **Segurança do trabalho I**. Santa Maria: UFSM, CTISM, Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, 2012. 151 p.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Atores locais na implementação da política de qualificação profissional**. *Serv. Soc. Soc.*, nº. 107. São Paulo Jul/Set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300004>. Consulta realizada em 22/05/2016.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

FREITAS, M. E.; DANTAS, M.. **Diversidade Sexual e Trabalho**, 2012, São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2012.

GONÇALES, Cíntia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. Vivendo com a depressão: história de vida de mulheres. **Rev. Esc. Enferm.** USP, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 461-466, set., 2008.

HELFENSTEIN JUNIOR, M.; GOLDENFUM, M. A.; SIENA, C.. Lombalgia ocupacional. **Rev Assoc Med Bras.**, v. 56, n. 5, p. 583-9, 2010.

HIRATA, H.. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho, **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, pp. 24-41. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/85937171/A-Precarizacao-e-a-Divisao-internacional-e-sexual-do-trabalho>>. Consulta realizada em 12/06/2016.

HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/2002: pp.139-156. Disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/>>. Consulta realizada em 02/06/2016.

HIRATA, Helena. - Globalização, Trabalho e Tecnologias: *Uma perspectiva de Gênero*. In **Revista Presença de Mulher** - n.30, São Paulo. 1997.

HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismos**. 6 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. 3 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2013**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

IGLÉSIAS, F.. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LACAZ, F. A. C.; SANTOS, Ana Paula Lopes dos. Saúde do Trabalhador, hoje: re-visitando atores sociais. **Rev. Med. Minas Gerais**, n. 20, 2 supl. p. 05-12, 2010.

LUKÁCS, G.. **Para uma Antologia do Ser Social II**. Trad. Ivo Tonet; Nélcio Schneider; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARCUSE, H.. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Trad. GiasoneRebuá. 4ª edição. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, K.; ENGELS, F.. **A ideologia Alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001 Grijalbo, 1977.

MARX, K.. **O Capital. Crítica da Economia Política**. In: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda, vol. I, 1996.

MELO, H. P.. **Gênero e Pobreza no Brasil: Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género em America Latina y el Caribe**. Brasília: CEPAL – SPM, 2005. Disponível em < <http://www.livrosgratis.com.br> >. Consulta realizada em 15/06/2016.

MÉSZÁROS, Í.. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, 191p.

MTE. Ministério do Trabalho. **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** (2013). Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR7.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MTE. Ministério do Trabalho. **Tabela Completa do CBO**. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A OIT no Brasil: Trabalho Decente para uma Vida Digna**. Disponível em <<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Relat%C3%B3rio.%20OIT%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em [28 maio 2016].

Organização Mundial da Saúde. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. **Constituição da Organização Mundial da Saúde em 1946**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-daorganizacao-mundial-da-saudeomswho.html>>. Acesso em: 20 Nov 2014.

PRANGE, A. P. L. “Quem dá mais, cobra mais!” Uma análise das normas antecedentes do ofício de motorista de ônibus em um contexto específico. **Estud. pesqui. psicol.**, v. 11, n. 2, 2011

RAMAZZINI, Bernardino. **As Doenças dos Trabalhadores**. Trad. Raimundo Estrêla. 4ª edição. São Paulo: Serviço de Documentação e Biblioteca — SDB / Fundacentro. 2016.

RENASTONLINE. Portaria nº 2.728/2009. **Saúde do Trabalhador**. Disponível em: <http://www.renastonline.org/temas/centro-refer%C3%Aancia-sa%C3%BAde-trabalhador-cerest>. Acesso em: 03 set. 2014.

REZENDE, M. J. As desigualdades Sociais. In: TOMAZI, N. D. (Org.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Ed. Saraiva, p.79-108, 2005.

SANTOS, T. S.. Condição Feminina: Dupla Jornada de Trabalho. **Revista Conexões Geraes**. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, v. 3, n. 6, 2015.

SANTOS, J. B. F.. **O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

SILVIA, J.. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, 36 (123): 84-92, 2011

SILVA, A.M.. et al. **Relações de Gênero no Processo Saúde-Doença Ocupacional**, II Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção da Saúde-Interdisciplinaridade na Promoção da Saúde, UNISC-Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. (2001). **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC 2001. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Consulta realizada em 23/06/2014.

Site Nacional de Emprego. **Vagas de emprego cobradores de ônibus**. Disponível em <<http://sine.com.br>>. Acesso em 23 nov. 2016.

TOMAZI, N. D.. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Resultados Censo 2010 – IBGE**. Disponível em <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/56/135/secretaria.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretária Municipal de Trânsito e Transporte. **A História do Transporte no mundo: Dados Técnicos do CTA Estatísticas**. Disponível em <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/12377.pdf>. Acesso em 03 ago. 2016.

VERNANT, J. P.. **As Origens do Pensamento Grego**. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B.. A problemática do humor na atividade do motorista de ônibus, **Revista Polis e Psique**, v 3, n 1, 2013